

CONTRA CORRENTEZA: OUTRAS PASSAGENS, PARAGENS A ocupação Passo dos Negros, uma caminhografia nas bordas do Canal São Gonçalo e os desafios de um envolvimento sustentável

*AGAINST THE CURRENT: OTHER PASSAGES, AND STOPS
The Passo dos Negros Occupation, a Walkography along the
margins of the São Gonçalo Stream, and the Challenges of
sustainable engagement*

Fernando Freitas Fuão¹ e Taís Beltrame dos Santos²

Resumo

Percorre-se a ocupação Passo dos Negros ao longo do Canal São Gonçalo, em Pelotas (RS), a partir de caminhografias e narrativas de quatro pesquisadores: Fernando Fuão, Taís Beltrame dos Santos, Simone Fernandes Mathias e Ana Langone. Reflete-se sobre a relação histórica da ocupação com as charqueadas, a escravidão, o engenho de arroz e as tensões geradas pela especulação imobiliária. Durante as caminhadas emergem as questões centrais do debate sobre a remoção dessa comunidade que sempre viveu na margem, e à margem. Nessas caminhadas ressurgem a ideia de querências, pertencimento, insurgências e resistências. O texto conecta essas questões aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando contradições nas abordagens desenvolvimentistas que perpetuam lógicas de exclusão urbana. Propõe-se, assim, uma análise sensível das dinâmicas locais, integrando memória, ancestralidade e práticas contemporâneas, enquanto se criticam as pressões desenvolvimentistas e seus impactos socioespaciais.

Palavras-chave: Passo dos Negros, caminhografia urbana, ocupações, Arroio São Gonçalo.

Abstract

The Passo dos Negros occupation is explored along the São Gonçalo Canal, in Pelotas (RS), based on p walkographies and narratives by four researchers: Fernando Fuão, Taís Beltrame dos Santos, Simone Fernandes Mathias and Ana Langone. It reflects on the historical relationship between the occupation and charqueadas, slavery, the rice mill and the tensions generated by real estate speculation. During the walks, the central questions of the debate about the removal of this community that has always lived on the margins, emerge. In these walks the idea of desires, belonging, insurgencies

¹ Doutor em Projetos de Arquitetura, Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona (1992) com a tese "Arquitetura como Collage". Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL, 1980) e é pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é professor titular na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Doutoranda em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Orientador: Fernando Freitas Fuão. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL/2021) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPEL/2019).

and resistances resurfaces. The text connects these issues to the Sustainable Development Goals (SDGs), highlighting contradictions in developmental approaches that perpetuate logics of urban exclusion. Therefore, a sensitive analysis of local dynamics is proposed, integrating memory, ancestry and contemporary practices, while criticizing developmental pressures and their socio-spatial impacts.

Keywords: Passo dos Negros, walkographies, occupations, Arroio São Gonçalo.

Previsão

Esta escrita surge a partir de caminhadas, escutas, pensamentos que passaram e foram capturados durante o trajeto, compondo uma caminhografia na Ocupação Passo dos Negros, em Pelotas. Foram produzidas durante o pós-doutoramento de Fernando Fuão, realizado no PROGRAU-UFPEL sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Rocha, de novembro de 2022 a outubro de 2023; e também a partir de deslocamentos realizados entre fevereiro e julho de 2024 por Taís Beltrame dos Santos para sua pesquisa de doutoramento no PROPAR-UFRGS. Ambas as escritas entrelaçam-se com outras interlocutoras, escritoras e caminhantes deste lugar sensível, especialmente Ana Langone (2021) e Simone Fernandes Mathias (2024), pesquisadoras da antropologia e duas lideranças negras de muita força, que lutam pelo reconhecimento patrimonial do local. Além disso, dialogam com as histórias de alguns moradores que abriram suas portas no meio do caminho, para nos ajudar a pensar.

Trata-se, portanto, não apenas de uma experiência cartográfica de registro, mas também de uma vivência da própria escrita que cada um dos autores desvela através múltiplos aspectos relacionados à ocupação centenária do Passo dos Negros, em Pelotas. Caminhografar implica, de alguma forma, inscrever-se no território, deixar que ele se desvele e inscreva memórias, potências numa multiplicidade de histórias, essa tem sido uma das múltiplas possibilidades da caminhografia urbana (Rocha, Santos, 2024). A abordagem adotada nessa caminhada, em particular, buscou evidenciar a questão histórica a partir de uma prática sensível, enquanto também expõe as tensões higienistas de limpeza urbana e desenvolvimentismo que pressionam esse lugar ancestral.

Nesse artigo ao considerar as pressões da cidade formal sobre a comunidade Passo dos Negros, buscou-se ampliar o olhar também sobre a temática desse número da revista Pixo que versa sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), princípios estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Essa conexão é especialmente evidente no ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que visa tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, promovendo o acesso universal aos espaços urbanos e garantindo a valorização de áreas históricas e ancestrais (ONU, 2015). Além disso, o tema relaciona-se ao ODS 10 - Redução das Desigualdades, ao questionar as dinâmicas que marginalizam populações vulneráveis e ameaçam seus modos de vida. Por fim, a discussão integra o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao fomentar a inclusão e o fortalecimento das comunidades na tomada de decisões sobre seus territórios, alinhando-se à perspectiva de justiça histórica e social (ONU, 2015).

Este texto não se exime de ser crítico em relação aos princípios da Agenda 2030 da ONU, reconhecendo que ela se sustenta no modelo econômico capitalista, que, por sua natureza, é intrinsecamente insustentável. O crescimento econômico baseado no consumo incessante de recursos naturais e a desestruturação das comunidades historicamente constituídas, principalmente quando se trata da miséria. Essa Agenda, senso comum, contraria os próprios princípios de equilíbrio ambiental e justiça social. No caso do Passo dos Negros, práticas menores e locais, como as que envolvem a

resiliência comunitária, a autonomia territorial e a conexão íntima com a água, como a pesca de subsistência, apresentam exemplos de sustentabilidade, embora também estejam imersas em contextos de violência. Essas práticas demonstram que o cuidado com o ambiente e a sobrevivência podem ser viabilizados por meio de relações harmônicas com o território, em vez de grandes empreendimentos urbanos e imobiliários que, embora ostentam o selo de uma pretensa sustentabilidade, sejam projetados como parques ou condomínio de alto padrão, exercem uma pressão sobre comunidades pobres e seus modos de vida, frequentemente consideradas subdesenvolvidas. O Passo dos Negros evidencia que alternativas locais e não hegemônicas oferecem lições mais significativas sobre envolvimento³ e sustentabilidade, em contraste com a lógica do capital, que frequentemente prioriza o lucro em detrimento das populações e do meio ambiente.

Fuão no te vayas sólo

O meu coração bate forte
Estamos adentrando o território sagrado
Fecho os olhos
Escuto sussurros
São os meus
[...]
As figueiras da noiva e da ponte têm tanto a dizer
A ponte dos dois arcos de 1854
Continua sendo passagem
Nossas tecnologias ancestrais
Estão por toda princesa do sul
O Engenho Pedro Osório já foi referência
Muito arroz se produziu
(Simone Fernandes Mathias, 2024, p.280).

Busquei na escrita deste relato reflexionar a partir do local e de minha presença ali, escutar aquilo que o lugar me soprava e tudo que poderia absorver, procurei estabelecer a cronografia dessas idas e vindas, ainda que ciente que elas escapariam e se embaralhariam propositadamente nessas relações tempo espaço. Todos esses aspectos e a forma como as conto e conduzo, e sobretudo como fui conduzido pela escrita seguem metaforicamente o fluxo inevitável das águas do São Gonçalo. Porém, contra a correnteza. Em outras palavras, essa caminhografia tornou-se um estímulo para conhecer aspectos históricos da cidade onde nasci, e perambulava quando criança.

³ A escolha de utilizar a palavra “envolvimento” em vez de “desenvolvimento” está alinhada com as ideias de Nego Bispo em “A Terra dá, a terra quer” (2023), que critica o conceito de desenvolvimento como um processo que frequentemente desconecta as pessoas de seus territórios, saberes e práticas ancestrais. Segundo Bispo, o desenvolvimento é uma forma de *cosmofobia*, ou seja, um medo ou rejeição à pluralidade de cosmovisões que compõem as diferentes formas de existência no mundo. Ele argumenta que o desenvolvimento, na sua lógica dominante, prioriza a homogeneização, a extração de recursos e a imposição de uma única visão de progresso, rompendo vínculos históricos e culturais essenciais para a sustentabilidade e a autonomia dos povos. Por outro lado, o termo “envolvimento” sugere uma relação de integração, respeito e reciprocidade com o entorno — humano e não-humano. Envolver-se implica em reconhecer e valorizar os saberes locais, as práticas tradicionais e a pluralidade de existências, promovendo conexões em vez de rupturas. Sob essa perspectiva, o envolvimento é um caminho para superar a cosmofobia, pois busca dialogar com as diversas formas de habitar e co-criar o mundo, respeitando as especificidades e ritmos de cada território.

Cheguei lá já no final daquela tarde ventosa e fria, típica do outono, para visitar a ocupação Passo dos Negros. Fui de Uber e havia solicitado ao motorista que me deixasse no Clube Veleiros, o lugar onde praticamente começa a Avenida do Engenho. Queria percorrê-la de ponta a ponta. Sentia uma preocupação que eu mesmo não compreendia, pois era um lugar onde, na infância, íamos brincar e passear. Haviam me dito que não deveria ir sozinho porque era perigoso. Sempre duvido dessas recomendações, especialmente quando vêm de acadêmicos, que costumam temer áreas periféricas e ermas. Creio que o medo e o receio são parte do preconceito.

Durante a viagem conversei com o motorista do Uber quase meia hora sobre questões políticas e como a cidade de Pelotas havia crescido. Nessa primeira ida, minha ideia era apenas fazer uma caminhada de reconhecimento; se tivesse sorte entraria em contato com moradores; se entrasse em contato com as lideranças, melhor.

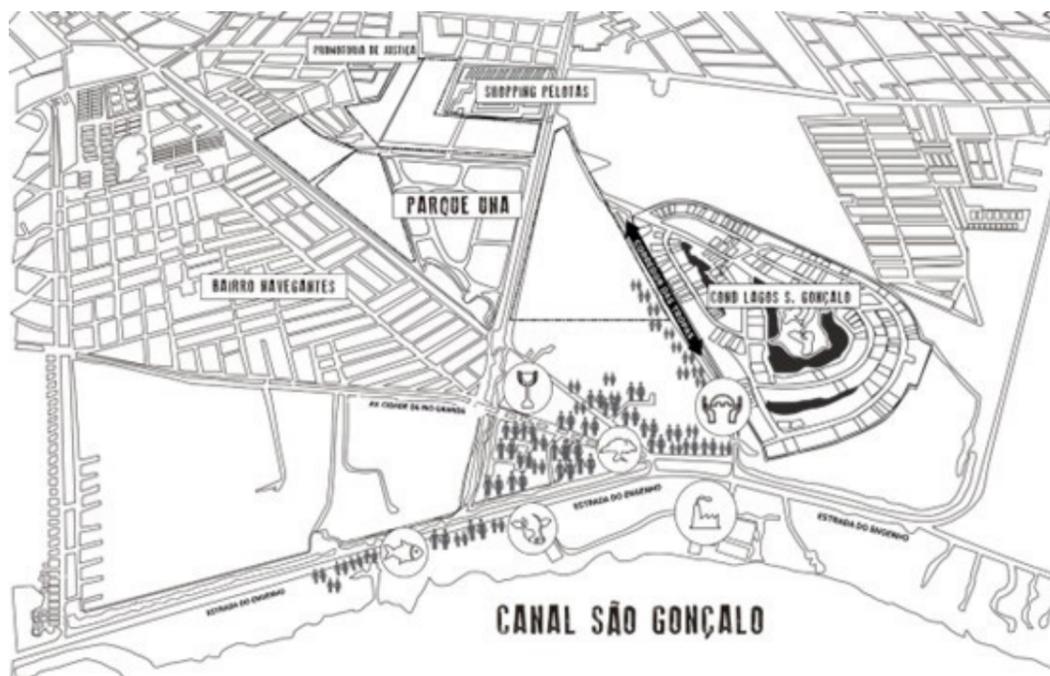
A ocupação Passo dos Negros é muito antiga e fica ao longo do Canal São Gonçalo, em uma zona marcada pela indefinição espacial nas suas margens que se alastram por zonas de banhados. Sua conexão com o canal é mediada por uma estrada-contenção, a Estrada do Engenho, que também é um dique de contenção da cidade, construído após a enchente de 1941. Essa estrada recebeu o nome de Estrada do Engenho, pois nela também se encontra o antigo Engenho Coronel Pedro Osório.

O percurso perpendicular à Avenida do Engenho era o Corredor das Tropas, não só das tropas de gado que iam para o matadouro das charqueadas, mas também das tropas de escravizados. O Corredor das Tropas faz parte de um longo roteiro do sul até São Paulo por onde os tropeiros levavam o gado. No Passo dos Negros está localizada a antiga ponte dessa estrada.

Lembrei que, na minha infância, ao lado desse engenho, havia uma balsa que transportava carros para o outro lado do canal, em direção a Rio Grande, e vice-versa. Durante a construção da ponte que ligaria Rio Grande a Pelotas, nos anos 1960, a balsa foi amplamente utilizada. Por isso, o local ficou conhecido como “Balsa”. Tinha olhado no Google Maps antes de ir, pois fazia muitos anos que não visitava o local. Mesmo antes de voltar a pisar ali, esse lugar já me trazia muitas recordações (Fuão).

O Passo dos Negros, localizada em Pelotas - Rio Grande do Sul, às margens do Canal São Gonçalo, é uma ocupação histórica. Segundo a artista e pesquisadora Ana Langone:

O local é conhecido por estar ligado à criação da cidade por meio da escravização de trabalhadores/ras negros/as na produção do charque (meados de século XIX até início do século XX e, posteriormente, na grande instalação de um dos maiores engenhos de arroz da América Latina (1912), desativado em 1994. Hoje, os/as moradores/as, inclusive remanescentes operários/as do próprio engenho, compartilham de forma sensível suas experiências em relação a esse espaço, pois muitos elementos são importantes para a identidade e história deles/as. Na arquitetura, por exemplo, a Ponte dos Dois Arcos, construída pelos negros em 1854, é um marco não só histórico da cidade, como também faz parte da vida e das narrativas dessas pessoas. Quanto mais narram suas histórias, essas comunidades encontram e fortalecem suas autoestimas, entendendo que o Passo dos Negros só continuará vivo se as gerações seguintes tiverem o direito de experienciar o espaço onde também viveram seus antepassados (Ana Langone, 2021).



O Passo dos Negros é um desses territórios que se constrói e reconstrói por meio de várias histórias, narrativas e memórias. Na época das charqueadas, o Passo dos Negros foi um importante porto: local de travessia do gado, fiscalização, cobrança de impostos e comercialização de escravizados. Também teve grande relevância na época do cultivo de arroz, sendo fundamental para várias famílias, algumas das quais permanecem ali há muitas gerações, tornando aquele território sua casa

Passo dos Negros, essa terra tem dono

Havia lido pouca coisa sobre a ocupação, e a luta que a Associação levava adiante para poderem ficar ali no local. Como todas as outras remoções, o que está por trás sempre são os interesses econômicos e especulação sobre a terra: os donos da terra sempre amparados pelas Prefeituras.

No decorrer desta escrita, em 2022, lá estava eu, frente a uma interminável avenida de terra batida, o sol se pondo, e o vento tocando forte. De um lado um longo muro branco, não o suficiente alto, porque permitia ver os mastros das embarcações, e logo adiante se podia observar as embarcações. Pouca gente, quase ninguém, um que outro às vezes vinha de bicicleta, as poucas luzes ao longo começavam a acender, e a terrível melancolia dessa área se acometia sobre mim. Não conheço nenhum lugar mais melancólico que as aforas de Pelotas, nesses lugares que lembram as charracas inglesas. Umidade e frio são elementos e sentimentos que nunca aprendi a conviver desde pequeno, estão entranhados até o fundo da alma. Já não era só a melancolia que o vento carregava, mas uma tristeza profunda da infância. Não sei qual a impressão para um estranho que esse lugar pode causar.

Observei de imediato que a colocação dos postes de iluminação eram recentes, logo me chamou a atenção que havia movimentação de 'urbanização'. A estrada é literalmente um dique, de um lado o canal e do outro um riacho que corre em paralelo devido ao lençol freático, e a seu lado um grande banhado que fica totalmente alagado quando chove. Essa área sempre foi um limite da cidade, mas pouco a pouco foram aterrando e ocupando. Sem dúvida é um lugar visualmente excepcional para se morar, mas um lugar insalubre.



Ao contrário da zona norte da cidade, a zona sul é uma das partes mais antigas da cidade. O dique agora é lugar tomado pelos descendentes daqueles outrora escravizados que passavam e repassavam o lugar: como ligados às charqueadas; como ligados às tropas; como ligados ao gado; como ligados aos campos; e outras ligações. Esta estrutura hoje escondida daquele novo caminho por uma frondosa árvore [A FIGUEIRA], jaz inerte como marca do tempo, em que para este lugar centenas, talvez, milhares de negros escravizados foram sacrificados ao trabalho e aos mandos dos senhores locais. Mas também é o lugar onde resistem, até hoje!

Agora desse passado a sombra destas árvores jaz apenas a sede daquele espaço de pujança criado sobre o trabalho dilapidante das vidas consumidas pelo sal de cada dia. A visão não faz beleza, mas demarca que entre o tempo da passagem contínua de gado, no caminho das tropas e a presença dos catadores e pescadores atuais, esteve lá a imagem do gado, transformado em charque, pelas mãos carcomidas dos negros escravizados no saladeiro. As mortes provocadas por este escárnio são também lembradas na casa de "religião" e na esquina da figueira, lugar de expressão dos imaginários africanos tão antigos quanto o próprio lugar (Carle, 2017, p.211).

No entrecruzar das ruas lá está a Figueira centenária fazendo a ligação entre os lugares do Passo dos Negros. Não é por acaso que encontramos oferendas aos seus pés, pois esse tipo de árvore entre algumas culturas de matriz africana está ligada à figura do Exu, o guardião das encruzilhadas que tem o poder da comunicação. A Figueira, que ultrapassa séculos, não é uma simples repetição - uma árvore que é de Exu na encruzilhada de Exu - e sim um conhecimento ancestral que apresenta-se através do material e imaterial, que coexistem dentro de uma circularidade atemporal atualizada constantemente. Outra narrativa muito interessante entre a comunidade do Passo dos Negros sobre a Figueira é a imagem de uma noiva que dizem aparecer perto da Figueira durante a madrugada. A associação da árvore com o feminino também está presente na cosmologia afro diaspórica,

ao referenciar a pomba gira da Figueira nesta encruzilhada. Narrativas cruzadas que geram conflitos entre crenças distintas, são neutralizadas pelo respeito ao espaço que a grande árvore centenária impõe. Uma coisa é certa: ao referenciar a Figueira, conseguiremos entrar em contato com a ancestralidade que brota através das raízes negras (Ana Langone, 2024).

Veleiros

Caminhei novamente ao longo do Canal, minha atenção se voltava outra vez para o lado do Veleiros, as embarcações continuavam a ser o grande atrativo. A dita Avenida nesse trecho estava asfaltada, mas esburacada, certamente fazia muito tempo que acontecera isso. Novamente quase ninguém na rua, um carro branco totalmente insufilmado em suas janelas se dirigia ao veleiros, um tipo de carro que provavelmente dos sócios do Clube. Segui adiante na minha caminhada solitária, ao longe e vi uma pessoa que se dirigia em minha direção. As poucas casas que havia do lado esquerdo, o lado oposto do Canal, de repente desapareceram, e deram lugar a imensa várzea e a um riacho, clareando a ideia do dique como comentei na minha caminhada anterior. Estava literalmente sobre um dique, e agora num chão de terra batida. Fazia sol, o chão estava seco, e algumas vacas pastavam no charco. Então imaginei que eram as vaquinhas que o pessoal que moram ao longo do canal possuem, para ter leite. Agora observava melhor como se dava essa ocupação ao longo do dique. E esse cenário me era muito familiar. Pequenos barracos localizados na estreita fimbria do dique pouco antes do desnível, nesses pequenos espaços as casas iam se acomodando conforme dava. E certamente, os esgotos devem ser despejados direto no Canal.

A maioria dos barracos em madeira, alguns construídos com restos de construções, e algumas pequenas casas em alvenaria. Várias casas com cerquinhas na frente, e como de costume a cada passo um latido de cachorro, avisando que há gente nova no pedaço. As cerquinhas de todo tipo: taquaras, entramados de sarrafos, restos de telhas de fibrocimento. Na frente de algumas casas um carrinho de catador. Em alguns trechos as cercas eram altas que ocultavam toda a casa, somente se podia observar a imensa paliçada. E os latidos. Também imaginei que muitas dessas pessoas devem sair para trabalhar, ficando a casa vazia durante muito tempo.

As casinhas algumas coloridas, multicoloridas, uma verdadeira paleta de cores de das peças que conseguem obter para construir suas casas. Cenário típico das vilas em Pelotas e Porto Alegre. Casas remendadas, construídas como se fosse um patchwork. Cada casa é um caso, um motivo para querer entrar e conversar com os moradores. Não pude deixar de observar um pequeno barraco em uma de suas faces da parede toda revestida com com caixas de tetrapak. Então o olhar se dirigiu ao detalhe, a maioria desses barracos obviamente tem frestas, não são paredes 'dupladas', o vento invernal entra com toda franquia nesses pequenos barracos, que alguns nem piso tem. Junto às casas, pequenos telheiros e pequenos galpões onde os carrinheiros guardam os resíduos sólidos que catam.

Comecei a observar mais atentamente a isso, e logo percebi que a maioria dessa população deveria viver da catação.

Como comentei antes, isso me era familiar. O lugar era muito semelhante à famosa Vila Dique, em Porto Alegre, uma vila que se estabeleceu em um longo dique construído durante a ampliação do aeroporto da cidade, também sobre uma várzea. Na Vila Dique, os dois lados do dique possuem casas que variam entre pequenos barracos e pequenas construções de alvenaria. A maioria dos moradores vive da catação.



A organização é similar: cerca na frente e nas laterais das casas, enquanto nos fundos, há áreas destinadas ao armazenamento dos materiais coletados. Além disso, misturam-se cães e, em algumas casas, a criação de porcos. No limite dos pequenos lotes, o lixo que escapa ao controle acaba caindo no grande banhado, formando ao longo um quase tapete colorido de resíduos.

Na Estrada do Engenho, o cenário era quase o mesmo, mas um pouco melhor. Nem tudo girava em torno da catação, como imaginei à primeira vista. Havia pequenas embarcações, pequenos barcos em trapiches simples. Concluí que ali vivia uma pequena comunidade de pescadores.

Esse dique, como bem explicou Cláudio Carle, em *O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros*:

propicia que os seus moradores refaçam o próprio sentido do lugar, o reocupem, agora como catadores, e assentem-se diretamente sobre o dique, ruptura marcante do próprio dique. O contágio do imaginário social (Silva, 2012, p. 4) frutifica na mente daqueles que observam os outros; pelo campo mítico (Durand, 1997), através do imaginário, é possível compreender as materialidades sociais, o pensamento humano em sua comprovação pela cultura material e nas significâncias dos cotidianos dos inconscientes coletivos (2017, p.210).

Ao longo do Canal, muitas árvores compõem uma paisagem extremamente pictórica romântica com barquinhos coloridos, pequenos barracos de madeira, e trapiches. No meio dessa paisagem, que parece sempre estar em construção, não se sabe se é ruína, ou construção, ou moradia mesmo. Tudo parece confuso, mas não é. Cada pequeno espaço tem sua lógica de implantação. Vejo que algumas casas caixas d'água ficam em estruturas independentes. As embarcações, assim como as residências, seguem a lógica de fazer a cobertura e o abrigo com o que se tem à mão. O que torna singular ainda seu barquinho. Lonas coloridas em cada embarcação.



Entre a parte superior e inferior do dique há um desnível bem acentuado na ordem de três a cinco metros. Ao contrário da Vila Dique, não vi nenhum lixo boiando no Canal, ele estava limpo e com as águas tranquilas.

Confesso que, quando saí da clínica de idosos, estava com a cabeça cheia e cansada; achei que era o momento de sair para caminhar. Melhor ainda se eu pudesse ver algo de natureza, espriar. O São Gonçalo parecia lavar minha mente a cada passo que eu dava, transformando todo o meu pensar. Estava ali, por inteiro, aberto a tudo que surgia diante de mim, encontrando beleza nas pequenas coisas.

Não sabia onde estava, não tinha mapa e tampouco abriria o Google Maps para verificar. Estava, no entanto, bem no meio da faixa da Estrada do Engenho, no que poderia ser chamado de centro dessa linha ou caminho. Ali, o espaço era diferenciado: a estreita faixa se alargava, formando um pequeno meandro que, de alguma forma, parecia comunicar – ou talvez não – o canal com o riacho do outro lado do dique. Não consegui perceber claramente, em parte pela vegetação densa, mas parecia desdobrar-se em uma pequena marina, como se fossem quadras com casas dispostas junto a seus barquinhos.

Nesse trecho, o espaço se abria para acomodar dezenas de casas organizadas segundo uma lógica de fluxo que, do meu ponto de vista, era difícil compreender. Pareceu-me a área com melhores condições de vida, onde os moradores, ao que tudo indicava, eram pescadores, e não viviam da catação – isso se tornaria evidente mais adiante, ao voltar a aparecer a questão da reciclagem. Enquanto isso, do outro lado do dique, vacas e cavalos pastavam tranquilamente.

À medida que avançava em direção ao antigo engenho, os sinais da catação tornavam-se mais evidentes: grandes *bags* encostados nas casas, sucatas espalhadas pelos terrenos. Tudo que pudesse ser aproveitado para venda permanecia ali, aguardando o momento certo. Nada era descartado; tudo se misturava. Barracos construídos com restos de demolição compartilhavam o espaço com objetos recicláveis. Na verdade, nada era considerado lixo ali; tudo era “material” que um dia seria comercializado, compondo uma espécie de peculiar cultivo, uma guardação constante.



As coberturas das casas eram variadas: algumas de placas de fibrocimento, outras de folhas de zinco, metálicas e certamente todas reaproveitadas. Na frente das casas lixeiras improvisadas e criativas para o recolhimento do lixo. Do lado esquerdo como já comentei: postes novos de iluminação pública, altos e com luminárias, do lado do Canal pequenos postes de madeira onde passa a antiga rede elétrica, e com alguns pontos de luz de vez em quando. [Na volta entenderia como a iluminação é deficitária nesse lugar].

No artigo: *Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste*, Nino Kruger, Caroline Kruger e Cristiane Ribeiro discutem a luta pelo direito à moradia, centrando-se na Ação Civil Pública (ACP) que visava a remoção da comunidade da Estrada do Engenho, no município de Pelotas. Os autores destacam que as 56 famílias residentes à margem do canal São Gonçalo também estão à margem da sociedade há muitos anos, vivendo em uma área que, embora tradicionalmente habitada, se tornou alvo de disputa devido ao crescente interesse do mercado imobiliário na região. O artigo aponta como a expansão do mercado imobiliário transformou a área do bairro Areal, estendendo-se até as margens do São Gonçalo, uma região de várzea, tornando-se um espaço de confluência de interesses contraditórios e conflitos sociais.

Dentro desse contexto, diferentes modos de habitar se confrontam, revelando uma tensão entre uma suposta “civilização” do mercado e a “barbárie” da miséria, com foco nos excluídos da legalidade: aqueles sem registro de propriedade, considerados fora da norma e socialmente anômalos. Essa oposição evidencia o conflito entre a lógica do mercado e a preservação de práticas comunitárias ancestrais, que buscam resistir e afirmar seu direito ao uso do espaço. Enquanto marinas, condomínios de alto padrão e empreendimentos comerciais avançam sem qualquer diálogo com as formas históricas de ocupação, a comunidade local se vê cada vez mais vulnerável. Esse processo reflete a desigualdade social, evidenciada pela negação de um direito fundamental: o acesso à moradia. A ausência de diálogo entre os novos projetos urbanos e as formas tradicionais de habitação agrava a exclusão social, colocando os moradores em situações de precariedade e marginalização.

Entre moscas e mosquitos: penso

Indo em direção ao Engenho. Onde termina o asfalto, percebi que a partir do meio da longa estrada havia movimentação de terra e piquetes cravados ao longo da estrada. Logo entendi o porque da insistência da Prefeitura em remover esse pessoal: abram alas que a estrada vai passar⁴.

Passou uma caminhonete rapidamente por mim, era da Prefeitura, setor de obras. Continuei passo a passo, não tinha pressa, olhava cada casa, cada detalhe construtivo, queria fotografar tudo quase numa escala 1:1, não podia. Avistei algo que me parecia familiar, mais adiante: um carrinho de catador.

Lembrei-me da Inalda. Caminhar e recordar por territórios já pisados sempre nos traz lembranças. Como poderia uma cartografia não trazer memórias?

Inalda trabalhava para minha mãe, cozinhando e limpando. Seu marido, Paulo, era uma pessoa excelente e tinha uma carroça puxada por cavalo. Ele fazia pequenos fretes e viviam da catação. Certa vez, fui à casa deles, próximo dali – ou melhor, daqui –, para levar algo para o Lorde, o cachorro. Até hoje, essa imagem não me sai da cabeça: um barraco de madeira, caindo aos pedaços, algumas sucatas espalhadas pelo chão ao redor da casa e duas lindas meninas, loiras como Inalda, brincando de pés descalços naquele frio. Estavam na terra batida em volta do barraco. Lá dentro, o chão continuava de terra. Havia mais material – resíduos sólidos – e gigantescas frestas nas paredes que deixavam passar o vento gélido de um final de tarde cinzento de inverno. Parecia que eu estava revivendo aquela cena. Através da memória, podia conhecer e imaginar cada um desses barracos por dentro, mesmo sem entrar.

Na frente da casa com o carrinho, duas mulheres conversavam e uma menina brincava. Era impossível passar sem dar boa tarde, até porque elas me observavam de longe. “Boa tarde”, disse. “Boa tarde”, responderam. Aproveitei para iniciar a conversa que tanto desejava. Perguntei: “A Prefeitura está em obras aqui, né?” Foi o suficiente.

Uma das senhoras começou a contar que estava sendo vítima da Prefeitura e da especulação imobiliária. Ela me explicou que essa estrada iria conectar a zona sul da cidade à Ferreira Viana, uma grande avenida já consolidada que leva ao balneário do Laranjal. A outra senhora, percebendo que a conversa ia se alongar, deu tchau para sua amiga e se foi. A conversa continuou. De repente, mudei de assunto.

⁴ O projeto da Estrada do Engenho considera quatro trechos, totalizando 3.747 metros. O trecho 1, entre a rua Tiradentes e o Clube Veleiros, tem 117 metros; o 2, entre o Veleiros e o início das moradias, tem 380 metros; o 3, do início ao final das moradias, possui 580 metros; e, o 4, do fim das casas até a avenida Ferreira Viana, conta com 2.670 metros de extensão. Somadas as vias beneficiadas no contrato, serão pavimentadas com asfalto 4.570 metros. Em setembro de 2022, o jornal local de Pelotas noticiou o início da primeira etapa de revitalização da Estrada do Engenho, no bairro São Gonçalo. Com orçamento de R\$8,5 milhões. Financiada pelo Programa Pavimenta do governo estadual e pela Prefeitura, o projeto incluiu a requalificação de trechos da Estrada Passo dos Negros e da Rua Gomes Carneiro. As obras previram a terraplanagem, pavimentação asfáltica, ciclofaixa, drenagem, iluminação em LED e sinalização, transformando o local em um potencial ponto turístico às margens do Canal São Gonçalo. Além de contribuir para o lazer e a mobilidade urbana, a requalificação também visou melhorar o acesso entre as regiões do Areal, Laranjal e Porto, além de otimizar a entrada e saída da cidade pela BR-471 (Jornal Local, 28 set. 2022). Até maio de 2023, grande parte das obras já havia sido concluída, contemplando 3.747 metros da Estrada do Engenho, salvo um trecho de 600 metros ocupado por famílias em Área de Preservação Permanente (APP). A pavimentação desse trecho está condicionada à transferência das famílias para novas residências em construção nas proximidades. O projeto total abrange ainda 500 metros da Estrada Passo dos Negros e 323 metros da Rua Gomes Carneiro, totalizando 4.570 metros de vias asfaltadas, sendo executado pela SBS Engenharia Ltda. sob fiscalização da Secretaria de Planejamento e Gestão (Prefeitura de Pelotas, 24 maio 2023).

“Há muitos carroceiros aqui, né? A maioria do pessoal daqui vive da catação?” perguntei. Ela me respondeu que, na verdade, metade da população vivia assim, mas que também havia pescadores, que eram mais antigos na região, e que ela não fazia muito tempo que morava ali. Perguntei se o carrinho era dela, e ela me contestou que não. Era da vizinha, mas seu marido tinha uma carroça e tinha saído para trabalhar. Ela me contou que ele ia longe para catar material e vender, e que guardavam tudo no fundo da casa, onde organizavam e separavam.

Fiquei ali quase uma hora. Ela me disse que todos os moradores haviam participado de uma reunião na Prefeitura para lutar pelo direito de permanecer ali. Nessa altura, disse a ela que estava ciente da luta deles, que era professor de arquitetura em Porto Alegre e que agora estava em Pelotas para estudar as ocupações, junto com o pessoal da Universidade Federal de Pelotas. Ela se apresentou como Ketlen.

Então, comentei que estava indo até o antigo Engenho e que queria ver também a pequena ponte histórica dos Passos dos Negros. Ela me explicou que eu deveria dobrar à esquerda naquele poste que se avistava à distância. Eu, atordoado, fingi que havia identificado o local. Agradei pela explicação e pela conversa e segui passo a passo em direção ao Engenho. Confesso que fiquei turvado; os pensamentos que passavam pela minha cabeça retiravam minha atenção. Caminhava sem prestar atenção a nada, via e não via. Era como se tivesse delegado à besta corpo a autonomia para que ele pudesse viajar, andar em meus pensamentos. Não sei quantos metros caminhei nesse estado de alienação. Não foi pouco, e, quando percebi, já estava no cruzamento. Tinha que decidir se ia olhar a ponte ou o Engenho. Optei por seguir adiante. Percebi também que a caminhonete que havia passado por mim estava mais adiante. A estrada estava praticamente bloqueada, havia muita movimentação de terra e três sujeitos pareciam estar trabalhando freneticamente ali.

A tarde baixava. As tardes no Sul, no inverno, são muito curtas e melancólicas. Havia até sinal de que poderia chover. O chão estava bem irregular, o que dificultava o acesso. Percebi o Engenho agora muito próximo.

Do outro lado do canal, uma paisagem no mínimo insólita: um grande banhado com algumas vacas pastando – elas estavam ali todos os dias – e, ao fundo, uma série de altos edifícios recém-construídos, como se quisessem avançar como estacas, adentrando a várzea. Compreendia, do ponto de vista especulativo, a necessidade da retirada dessas pessoas.

Primeiro: a estrada iria passar por ali, e essas casas não poderiam ficar ao longo, justo ao lado da estrada. A estrada, como falei, conectaria diretamente ao Laranjal, e seria uma via de acesso rápido. Além disso, do lado do canal, havia uma área ambiental, onde fariam um grande parque de lazer. Lembrei-me agora que a senhora havia me dito que até uma roda gigante instalariam ao longo do parque, e que esse projeto previa muitas atividades. Esse era o lado da fantasia, da ilusão para enganar as massas. Imaginei que seria mais um subproduto cultural, imitando a orla do Guaíba de Porto Alegre ou a Orla de Balneário Camboriú.

Segundo: a questão ambiental. Acusam esses moradores, que não têm lugar para morar, de poluírem com sua atividade de catação esse local.

Terceiro: ali estava a justificativa maior. As grandes construtoras e empreiteiras descobriram a várzea como um lugar barato e razoável para seus empreendimentos, para a implantação de alguns condomínios com marinas no São Gonçalo. Tudo estava agora claro. Trata-se, sim, de uma limpeza da pobreza para que os ricos possam se estabelecer. Logo, logo, as vacas já não teriam espaço para pastar. E os pescadores

não teriam mais um horizonte para pescar.

Esse lugar sempre foi um lugar de matança. As charqueadas se estabeleceram ao longo do São Gonçalo, e a água era fundamental para os gigantescos abates. Contam as crônicas da época que, em determinadas charqueadas, a água ficava vermelha de tanto sangue.

Como nos narra o historiador pelotense Mário Magalhães, o ambiente para a execução do trabalho nas charqueadas era escolhido estrategicamente devido à proximidade com a água do rio, facilitando o descarte do que não era aproveitado da carne animal diretamente no oceano Atlântico. Estima-se que Pelotas abrigava cerca de 40 charqueadas, processando aproximadamente 600 bois por dia em cada uma delas, o que gerava 6,5 toneladas diárias de sangue por estabelecimento. O charque, principal produto dessas indústrias, era destinado à alimentação de escravizados e marinheiros, utilizando principalmente os músculos intercostais dos animais. Para os escravizados, trabalhar nas charqueadas era considerado uma das piores condições laborais da época colonial. Pelotas era vista como um “castigo”, devido ao ambiente insalubre e às condições degradantes: o manejo da carne com sal corroía os dedos, o mau cheiro era constante, animais peçonhentos proliferavam, infecções eram comuns e a violência dos capatazes era extrema, configurando um cenário de sofrimento e exploração (Magalhães, 2000).

Apesar das condições desumanas impostas, os escravizados resistiram de diversas formas, seja por meio de fugas, lutas ou formação de quilombos – espaços de sobrevivência e resistência que simbolizam a luta pela liberdade. Presentes em Pelotas, Tapes, São Lourenço do Sul e regiões próximas, os quilombos representavam não apenas refúgio, mas também a preservação de culturas, dialetos e conhecimentos.

A história de Pelotas foi marcada por “sangue e doce”, um “sangue doce” que representa o contraste entre o sofrimento dos escravizados e a riqueza dos oligarcas da região. Segundo Esther Gutiérrez (2004), pesquisadora e historiadora fundamental para a história de Pelotas, os escravizados na cidade desempenhavam diversas funções especializadas, que eram essenciais para o funcionamento da economia local e para o desenvolvimento urbano. Em sua tese de doutorado *Barro e Sangue: urbanismo, arquitetura e mão-de-obra. Pelotas (1777-1888) (1999)*, Gutiérrez destaca que além de trabalhos agrícolas, como o cultivo de arroz e a produção de charque, muitos eram empregados em tarefas especializadas, como carneadores, salgadores, tanoeiros, graxeiros e sebeiros. Essas atividades não apenas sustentavam a economia local, mas também estavam profundamente ligadas à construção e ao crescimento urbano de Pelotas, refletindo a dependência da cidade no trabalho escravo, tanto no campo quanto na cidade.

A pesquisa da professora Esther Gutiérrez revela a complexidade das relações sociais e econômicas em Pelotas, onde a mão-de-obra escravizada foi fundamental para a configuração urbana da cidade. Além disso, seu estudo destaca as tensões entre os grupos sociais, particularmente entre os senhores de engenho, que detinham o controle econômico e político, e os trabalhadores escravizados, cuja força de trabalho era essencial para a formação da cidade como a conhecemos. Pelotas era conhecida como o inferno para os escravizados, pelas péssimas condições e pelo árduo serviço a que eram submetidos.

Dreys, citado por Mário Magalhães (2000), relatava que os escravizados de outras regiões do Brasil, ao demonstrarem mau comportamento, eram ameaçados com a venda deles para o Rio Grande do Sul. Essa região, era marcada por condições climáticas adversas, insalubres e pantanosas, e sobretudo pelo trabalho árduo nas

charqueadas, vir para Pelotas significava uma punição severa e disciplinadora. Essa prática evidenciava o caráter brutal de um sistema que via nos corpos negros apenas ferramentas de produção, como sugere o título *Barro e Sangue* proposto por Gutiérrez (2000); e nada doce.

Com a riqueza das charqueadas em 1860, já havia indícios de salas de leitura e publicação de livros e jornais na cidade. Os saraus, companhias teatrais e os recitais musicais, entre outras atividades, tinham programações praticamente diárias no interior da arquitetura grandiosa de prédios e casarões. Os doces eram servidos nos intervalos desses saraus envolvidos em papeis de seda rendados e franjados. Sua produção era realizada de maneira caseira pelas mulheres e principalmente por suas mucamas. O açúcar utilizado nas mais variadas sobremesas, como os camafeus, bem-casados, fios-de-ovos, papos-de-anjo, ninhos e os pasteis de Santa Clara, era proveniente da região Nordeste do Brasil em troca do charque. A carne voltava açúcar. Conforme (Magalhães, 2001), a sociedade pelotense procurou abrandar sua imagem rústica e selvagem saladeiril através da adoção de requintados costumes, constantes atividades intelectuais e imponentes construções.

Neste contexto é que o doce se insere, embora não como protagonista principal, pois a economia estava baseada no trabalho dos negros, na punição dos escravos, na degola do boi, nas mantas de carne sob o calor do sol, nos açoites, e nas doenças causadas pelo sal, como o câncer de pele. Enfim, Pelotas estava imersa no ciclo do sal, onde os rituais de castigo e brutalidade eram amenizados pela produção de poesias rimadas, cortesias, amabilidades, saudações solenes e dedicatórias rebuscadas, veladamente sensuais.

Da mesma forma, a contemporaneidade ainda depende de práticas violentas que recaem sobre os mais vulneráveis, principalmente negros e pobres, que continuam a ocupar posições precárias em um sistema econômico análogo às antigas charqueadas. Assim, a história das charqueadas ecoa e sopra no Passo dos Negros, nesses casebres à margem do São Gonçalo. As novas formas de exploração manifestam-se, agora, por exemplo, no ato de viver da catação de lixo.

Como rememora Esther Gutierrez, em que pese a condição dos cativos moradores do centro urbano na época das charqueadas, a maioria estava empregada em ocupações domésticas, e a riqueza – e desenvolvimento- alta sociedade contribuía para que alguns proprietários tivessem vários escravos a seu serviço. Outra parcela considerável, entretanto, dividia-se em ocupações urbanas, como os negros e as negras de ganho, que vendiam quitutes ou carregavam mercadorias pelas ruas, trabalhando como carroceiros, aguadeiros, remadores, marinheiros ou realizando outros serviços. A construção civil e trabalhos vinculados ao porto empregavam muitos desses trabalhadores. Especialmente na construção civil, o tempo de trabalho, durante o verão, era de sol a sol, enquanto as condições laborais favoreciam o desenvolvimento de doenças respiratórias no inverno, além de traumatismos ou ferimentos em qualquer época do ano. Como consequência, muitos desses trabalhadores acabavam sendo encaminhados para a Santa Casa, não apenas no período em análise, mas também em outras décadas, conforme revelado em um estudo específico sobre esses operários (Gutiérrez, 2004).

Caminhava e não sentia o característico cheiro de sangue; “*inolvidable*”, para qualquer criança que o experimenta. Meu pai com frequência ia comprar carne num abatedouro nas aforas da cidade, e cada vez que chegava na proximidade já sentia aquele cheiro inesquecível. Aqui e agora não havia cheiro nenhum de sangue, exceto aquele que a história nos faz imaginar. Quando muito, um leve cheiro da reciclagem que o vento do final da tarde carregava. Esses pensamentos iluminaram uma inesperada relação



entre a antiga atividade das charqueadas e o universo da reciclagem, os escravos e os catadores de lixo. Essa leve brisa da história trazia à superfície o ambiente insalubre e pestilento das charqueadas. Não somente atraía moscas e outros insetos, mas também a grande quantidade de matéria orgânica deveria atrair roedores e outros animais. Os restos deixados seriam um interminável banquete para vermes e gusanos. E também, não deveriam faltar espantalhos por toda a rua da secagem da carne ao sol, assim como vigilantes escravos, noite e dia.

Beatriz Loner, Lorena Gill e Micaele Scheer em *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880* (2012), lembram que a região das charqueadas em Pelotas era marcada por condições ambientais degradantes, frequentemente mencionadas por viajantes que ali passavam. Relatos de forte odor e a presença massiva de insetos eram recorrentes, como observado pelo missionário holandês Thomas Schoenaerts em 1904, que ficou impressionado com a quantidade de moscas e as dificuldades enfrentadas durante sua passagem, especialmente no período de safra, caracterizado por altas temperaturas. Apesar de suas adversidades terem sido resolvidas com sua partida para outro destino, essas condições permaneciam uma realidade inescapável para os moradores mais pobres, que viviam cotidianamente expostos a esses desafios. Mesmo no contexto da decadência das charqueadas, com uma redução significativa no número de estabelecimentos ativos em relação ao auge de 1878, os impactos socioambientais persistiam, refletindo desigualdades estruturais que afetavam de maneira mais aguda os grupos socialmente vulneráveis.

Entendia agora que caminhava sobre 300 anos de história, e que essa história emergia a cada passo. Como se, em cada movimento, escavasse o chão e dela brotasse poças de sangue. Pensei: tanta crueldade não pode ser levada pelas águas do esquecimento do São Gonçalo. A natureza conserva essa história; ela a revela o tempo todo, basta ter ouvidos para escutá-la. Aquelas vacas ali, justamente aquelas poucas vacas pastando, simbolicamente remetem ao mesmo cenário de séculos atrás. As novas charqueadas estão agora representadas pelos altos edifícios que avançam como joio em direção ao canal, entre marinas e construções, enquanto ao lado persiste a senzala, símbolo de exploração e resistência. Talvez não exatamente isso, mas algo que nos faz lembrar. É claro que essas memórias precisam de uma existência prévia de vida; talvez por isso

essa caminhada, essa caminhografia, pudesse intitular-se *Viagem ao Redor de Minha Querência*. Querência que nunca senti impregnada pelo cheiro da matança do gado, exceto aquela que narrei, mas essas inesquecíveis moscas e mosquitos sempre me acompanharam até o século XX, nos galpões de reciclagem.

Também querência de carne. Agora posso entender melhor a dieta alimentar de meus pais e avós que não comiam verduras, quando muito batatas e arroz. Diz, obviamente, que existia uma abundância de carne. Mas isso não implicava necessariamente uma boa alimentação. A dieta, marcada pelo excesso de proteína animal, contrastava com a ausência de hortaliças. “A situação do negro ou pobre livre era diferente, já que certamente poderia vir a apresentar doenças decorrentes de carência alimentar. A esse respeito, há notícias de que, logo após a abolição, em 1890, houve grande falta de alimentos na cidade” (Loner; Gill; Scheer. 2012, p.139).

Engenho e memória

Resolvi pegar o Uber e ir por outro caminho, não tinha tempo para percorrer tudo novamente, desci bem próximo do Engenho; e lá estavam o pessoal do DMAE, eram três, dei boa tarde e prontamente responderam boa tarde, vi que um deles em meio a um monte de terra tentava reconectar um cano. Perguntei se estava arrebitado, disseram que o pessoal que está fazendo o trabalho de terraplanagem havia arrebitado. E que a vizinhança havia reclamado que estavam sem água.

Aproveitei para puxar uma conversa. Vai ficar boa essa estrada, eu disse, ao que prontamente um deles disse: sim. E começou a me explicar que essa estrada permitiria andar do porto até o laranjal, iria conectar-se com a avenida Ferreira Viana, estrada essa que leva aos balneários de Pelotas. Vai ficar muito linda, vai ser um grande Parque ao longo do Arroio, vai ter uma série de coisas como canchas de futebol, lugar para as crianças brincarem e até uma roda gigante. Então, perguntei às famílias que ali viviam se ele sabia o que seria feito. Não, não sabia, mas sabia que havia tido várias reuniões na Prefeitura com eles. A água escorria entre suas mãos, não conseguia conectar um cano com outro. Nesse ínterim veio um terceiro que estava mais afastado do que os outros dois, e falava ao telefone. Se aproximou e disse para se apressarem que não queria pegar noite adentro consertando aquilo.

Falei que estava indo ver o antigo Engenho. E segui adiante. Foi uma das charqueadas que originou o Engenho Pedro Osório, engenho de beneficiamento de arroz, localizado às margens do Canal São Gonçalo, implantado por Coronel Pedro Osório, em 1922, produtor de arroz da época. O engenho encerrou suas atividades em 1994 (Silveira; Jantzen, 2020).

O Engenho finalmente estava próximo, a uns duzentos metros. Meus tênis sujos de barro. Forcei minha memória para retornar sessenta anos atrás, mas aquela imagem do Engenho não me dizia nada. Era como se ele estivesse fora do lugar original de seu contexto, mesmo estando ali. Esperava que a medida em que me aproximasse, algo, alguma coisa me lembrasse. Segui em frente.

Em volta do Engenho, nada como se diz, uma grande vegetação típica de várzea, e algumas árvores entre elas a Figueira, daquela distância pude observar que embora em uma zona alagadiça, o Engenho estava situado num pequeno e baixo promontório, por assim dizer, uma parte elevada do terreno. E o que eu achava que estava próximo na realidade, estava mais distante, pois ele se localizava mais próximo ao arroio, e até chegar até ele, distava mais de duas quadras.



Agora podia perceber que aquilo que parecia ser uma estrutura única, marcada pelo grande ‘falo industrial — a chaminé — e agora pelo novo símbolo, uma antena de energia elétrica, era, na verdade, um complexo de prédios. O antigo engenho estava em ruínas, sem telhado, e sua arquitetura me lembrou o prédio da antiga cervejaria Brahma, na rua Benjamin Constant, próximo ao porto, hoje ocupado pela Universidade. Talvez fosse pela semelhança dos três ou quatro pavimentos, os volumes distintos e a imponente chaminé de tijolos. As platibandas semicirculares e as janelas verticais e redondas reforçavam a conexão entre ambos. Pensei: seriam da mesma época? Teriam sido construídos pelo mesmo arquiteto? Uma coisa era certa: quando nasci, já existiam, como outros prédios da Benjamin, o Anglo e a Cooperativa de Iã, hoje a Faculdade de Arquitetura da UFPel. Lembro-me de ir à cooperativa com meu tio, quando tinha 4-5 anos, empoleirado na carroceria da caminhonete GMC cheia de Iã. O cheiro impregnava meu corpo, mas estar sobre aquela Iã fofa e macia, atirando-me nela, era um privilégio infantil, cuja lembrança hoje é vista com nostalgia.

Me dei conta, cada vez mais, de que caminhografar pode ter muitos sentidos, direções e finalidades. Uma delas é registrar o que se observa em lugares desconhecidos. Outra é cartografar locais reconhecíveis, onde circulamos diariamente ou eventualmente, buscando captar fatos, situações e até arquiteturas que normalmente nos passam despercebidos, distraídos por outras coisas ou perdidos em pensamentos enquanto caminhamos mecanicamente. E uma terceira, como esta, é caminhar sobre o chão do passado — um passado distante — onde tempos se misturam em um espaço imaginário, e os fatos perdem o rigor científico de datas precisas. Tenho refletido sobre essa elasticidade do espaço humano, algo comparável ao tempo cronológico (*Chronos*) e ao *Kairós*, o tempo subjetivo e maleável. Vou mais adiante, a experiência do caminhografar depende do corpo, e da idade desse corpo, quando se amadurece ao caminhar é corrente ocorrer lembranças do lugar ou de qualquer sensação ou sentimento que o lugar propicie, ou mesmo o ritmo dos passos que marca a passada e acorda o passado.

Nos anos 60, houve um grande incêndio na fábrica de bolachas chamada ‘Cotada’ nesta zona portuária. Era pequeno e morávamos longe, num moderno edifício chamado Uruguaiana. Lembro de meu pai me levar para ver o incêndio. No fusquinha novo, chegamos lá, e pela primeira vez assisti hipnotizado ao fogo crepitando e devorando prédio todo.

Comecei a aquecer a memória. Descobri assim esses sentidos-direções que se podem classificar numa cartografia, quiçá hajam mais alguns. Tudo faz diferença: o tamanho da passada, o ritmo, a parada necessária para fitar e fotografar, Caminhava, e agora parecia que mergulhava nas águas barrentas e melancólicas de minha infância.

Acho que o cheiro do São Gonçalo me colocava num lugar que não posso afirmar que já estive aqui: no Engenho. Era familiar, porém não sei se estive aqui antes, ou se essa sensação era fruto de minha imaginação, de uma fotografia, de uma memória artificial como as do replicantes em *Blade Runner*.

Junto às ruínas do Engenho, um outros galpão novo, um desses galpões iguais a todos retangulares modernos, com uma cobertura em arco abatido e metálico. E, próximo dali, uma grande antena elétrica que mais adiante percebi que confundia a compreensão da articulação desses volumes.

Segui em frente, com a intenção de chegar mais perto e talvez entrar no Engenho. Observando melhor, percebi que o local consistia em vários prédios, de alturas diversas e diferentes estados de conservação. Havia atividade no lugar: um caminhão-caçamba e uma caminhonete estavam estacionados, e notei duas pessoas se movimentando. Tentei me aproximar, mas o terreno estava cercado, com o portão fechado. Além disso, vi sucatas de caminhões espalhadas, dando a impressão de ser um depósito de veículos pesados.

Virando para o oeste, do outro lado da estrada observei agora algumas casas de algum loteamento classe média alta, casas brancas de dois pavimentos com telhados expressivos. Acho que esse era o lugar que uma antiga amiga e colega de arquitetura, brilhante, Marta Amaral, me falou que morava. Há muitos anos atrás ela me falou que havia se mudado e estava morando por essas imediações, acho. Olhando no mapa quando cheguei em casa vi que aquilo que era inóspito havia se tornado um loteamento. Contou-me que quando chovia ela ficava ilhada, e cercada de nuvens de mosquitos insaciáveis por sangue, imaginei que eram os gerações sucessivas daqueles mosquitos robustos, alimentados pelo sangue das boiadas e dos escravos negros que escorria por tudo. Mas, a vista é linda, me falou. A esquerda da avenida no pequeno canal esquerdo via que eles estavam despertando e se levantando aos milhares.

Imaginei que o território da Avenida do Engenho logo teria uma população heterogênea e também totalmente distinta do que agora observo. Era como se estivesse fixando em meus olhos as últimas imagens de um passado que ainda remonta a uma Querência. E me perguntava, qual seria o destino do prédio antigo do Engenho Pedro Osório⁵, outrora um dos maiores engenhos de arroz da América Latina.

O Engenho Pedro Osório, situado no Passo dos Negros, permanece nas memórias não só dos moradores locais, mas se constitui num espaço de significado para muitos pelotenses. Encerradas as atividades do engenho, muitos habitantes se adaptaram

⁵ O Engenho Pedro Osório, conhecido como símbolo da produção em massa no setor arroseiro, chegou a produzir 700.000 sacos de arroz em casca e 1.200.000 sacos em dez horas de trabalho, consolidando a imagem do coronel Pedro Osório como o “Rei do Arroz” (Costa, 1922).



a novas ocupações, pescadores e gente que vivia e vive ainda a borda de tudo, a margem da margem, como recicladores. As antropólogas Simone Fernandes Mathias e Louise Prado Alfonso, no artigo *Engenho Pedro Osório: Narrativas entre o Passado e o Presente (2019)*, relembram que o Engenho, em seu auge, foi sinônimo de fartura e empregou grande parte da comunidade local.

Ainda hoje, suas ruínas evocam lembranças dessas rotinas, horários e histórias que misturam realidade e imaginário, como o relato sobre o Negrinho do Engenho, que simboliza a ligação entre passado e presente. O Negrinho do Engenho dizem o pessoal que mora ali que é menino escravo, esse ser, um fantasma, um espectro que mora

no Passo dos Negros desde o tempo das charqueadas e hoje continua a aparecer e interagir com as/os moradoras/es.

Vazamentos

Enquanto eu fitava o Engenho, sentia-me dividido entre estar presente e perdido em meus pensamentos. Desde que deixei os trabalhadores do DMAE tentando conectar os canos arrebitados, coloquei meus fones e me deixei levar pela música. Caminhar assim é prazeroso, mas me desconecta do chão, da realidade sem trilha sonora. Anotava palavras soltas em uma folha dobrada no bolso, pistas para o relato: “bolachinhas, Cotada, mosquitos, roda gigante, vazamentos”.

Tudo parecia desconectado para mim. Depois, organizei-me, como quem segue o curso das ideias. Tudo estava inserido na mesma corrente da industrialização de Pelotas, nos anos 30, 40 e 50. Grande parte da produção e circulação era estruturada pelo São Gonçalo e, anteriormente, pelo Arroio Pelotas. Ou seja, boa parte do que saía e chegava passava pelo porto nas margens do São Gonçalo, onde fábricas e engenhos se localizavam. Até a produção do sul do sul, em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai transitava por aqui.

Lembrei-me do porto impressionante de Santa Vitória do Palmar, com arquitetura autenticamente expressionista, típica da era Getúlio Vargas. Um pequeno terminal, de onde a produção seguia por embarcações na Lagoa Mirim até o São Gonçalo e dali para a Lagoa dos Patos, com destino ao Oceano. Refletia então sobre como essas pessoas conseguiam viver e trabalhar nos banhados insalubres. Me sentia como um desses “mosquitos”, gestado ali. Tudo estava conectado. Fitava, o mosquitil.

Segui adiante e resolvi ver a vila operária do Engenho, logo à frente. Tratava-se de quatro casas com cobertura de telha de barro, cada uma com quatro a seis janelas, o que me levou a suspeitar que poderiam ser duas casas geminadas sob o mesmo teto. Uma estava com a cobertura em ruínas e outra, um pouco menos, todas em estado de abandono.

Certamente, o patrimônio da prefeitura e os projetos do Monumenta⁶ ignoraram essa parte da história da cidade. Como eu estava em cima da avenida, comentei que ela funcionava como uma espécie de dique. Olhava para essa pequena vila de cima para baixo e me voltava à mesma sensação: como essas pessoas poderiam viver em cima desse banhado, e que umidade não haveria dentro dessas casas? Atrás delas, a vegetação tomava conta, dando ainda mais os ares de total abandono.

A vila estava ao lado do engenho, fazendo parte do conjunto todo. Creio que, na época, essa paisagem deveria ser bem melhor do que hoje. Pensei em descer, mas era de difícil acesso descer o pequeno barranco. Suspeitei até que algumas pessoas poderiam estar ocupando essas casas, uma ou duas, pois havia observado que havia

⁶ O Programa Monumenta foi uma iniciativa do governo federal brasileiro, implementada entre 2000 e 2009, com o objetivo de promover a recuperação e a preservação do patrimônio cultural urbano e histórico em diversas cidades do país. A proposta visava, principalmente, restaurar áreas urbanas de grande relevância histórica, revitalizando centros históricos e monumentos arquitetônicos, além de fomentar o turismo cultural e a inclusão social. O programa envolvia tanto a recuperação de edificações de valor histórico quanto a implementação de projetos urbanos, buscando integrar o patrimônio arquitetônico ao contexto contemporâneo das cidades. Embora tenha contribuído significativamente para a conservação do patrimônio cultural, o Monumenta também foi alvo de críticas, principalmente por não considerar integralmente as realidades sociais das áreas restauradas e por, em alguns casos, não envolver suficientemente as comunidades locais nos processos de revitalização.

um contador de luz no poste à frente e os fios pareciam estar ligados. Olhando melhor, vi que as janelas e portas estavam todas lacradas com tijolos, pelo menos na frente. Isso era a imagem da melancolia, que se espalha por toda a região sul, indo até o Uruguai. Caminhei um pouco mais à frente e, ali, a terra que estavam colocando para a terraplenagem era mais abundante, não estava socada, e meus pés começaram a afundar. Achei que já tinha visto o suficiente; era hora de voltar.

A tarde parecia mais longa do que de costume, havia sol ainda, mesmo em meados de agosto. Vi, à distância, que o pessoal do DMAE continuava lá e a caminhonete também. Passei por eles e brinquei, dizendo que ainda não haviam consertado. Um deles riu. O que antes falava no celular continuava falando no celular. Agora, o que antes era uma pequena poça de água se tornara um barro só, e tive que dar a volta para não molhar os pés.

Caminhar e demorar: ser lento e atento

Segui em frente com a ideia de pegar o Uber lá no Veleiros. Fiquei com pesar de não ter ido adiante; minha intenção era chegar até onde a estrada se bifurcava. Uma dessas estradas conectaria com a Avenida Ferreira Viana (Areal), e a outra seguiria costeando o Arroio. Isso terá que ficar para outro dia.

Ando lentamente, no meu ritmo. Por isso, não gosto de companhia nessas caminhadas. O professor Edu me comentou que o professor Careri, em suas caminhadas com os alunos, caminhava muito depressa, no estilo “siga o chefe”. Fiquei imaginando e refletindo sobre essa velocidade: será que a beleza da caminhada não está justamente em demorar-se, em habitar o caminho por algumas horas, para observar a riqueza dos detalhes, enxergar aquilo que um olhar apressado não consegue captar? Imaginei que essa é a típica postura urbanoide moderna, que caminha depressa, sem tempo para poetizar o lugar ou criar raízes, ainda que sejam rasteiras. Eu, ao contrário, demoro.

A cada dia, nessas caminhadas, procuro me tornar um ser lento, como aqueles que Tais Beltrame estuda. Por isso, tudo pode ficar para uma próxima vez, que talvez aconteça, ou talvez não.

O caminhar não é apenas caminhar. O caminhar contemplativo implica sonhar, pensar, deixar marcas na terra, abrir trilhas, rastros. É viajar, contemplar, e refletir na velocidade ditada pelos pés e pernas, sem forçá-los.

Caminhava e já estava próximo da casinha da minha conhecida Katlen, quando vi que ela estava na frente de casa com a filhinha, que brincava no meio de sucatas e segurava uma bonequinha toda arrebitada. Parei e aproveitei para conversar. Disse que tinha ido ver o Engenho, pois naquele primeiro dia não consegui chegar até lá, e que também havia visto as casinhas dos operários. Comentei ainda sobre o pessoal do DMAE, ao que ela respondeu que agora apareciam com frequência por causa das obras da avenida, mas que antes nunca apareciam quando faltava água.

Nesse instante, ela olhou para o lado e disse que seu marido estava chegando com a carroça. Me assustei, pois não entendi bem o tom com que ela falou, mas logo complementou que ele fora buscar algo. Logo chegou o marido, cujo nome não lembro, mas que era bastante simpático. Ele me explicou que havia ido buscar restos de frutas e legumes que não eram comercializáveis no fim do dia.

Lembrei-me dos carroceiros da Vila Dique, que moram próximos à CEASA e vão com carroça ou carrinho pegar alimentos descartados: frutas machucadas, levemente

danificadas, tomates quebrados, abacates, mamões, bananas maduras, alfaces, repolhos, batatas. Tudo o que não dá para ser comercializado, mas que seria jogado fora. Para os carroceiros, o que seria lixo se torna recurso, se torna dinheiro.

Ele descarregava um monte de caixas com frutas e verduras, muitas delas já com cheiro de apodrecimento, mas, mesmo assim, aproveitáveis. Ele mostrava, com felicidade, um mamão e dizia: “É só retirar essa parte, e está pronto para comer.” Nesse momento, vi duas senhoras — uma da casa ao lado e outra de uma casa mais distante — se aproximando, como se soubessem que ele sempre repartia algo com elas. Dito e feito. Elas conversaram sobre a safra, agradeceram e voltaram para suas casas.

Voltei meu olhar para a carroça puxada pelo cavalo e percebi que havia muito verde ali. Ele explicou que também recolhia esses vegetais para alimentar o cavalo, pois a pastagem ali, em frente à casa dele, no meio do charco, não era suficiente.

Ele entrou, e fiquei conversando um pouco mais com a Katlen. Perguntei se havia uma associação de moradores na região, e ela respondeu que sim, explicando que a presidente era dona Arlinda. Era ela quem articulava e reunia os moradores para enfrentar a Prefeitura.

“Olha, ela mora ali”, disse Katlen, apontando para uma casa verde em frente ao poste de luz. No entanto, confesso que não consegui distinguir se era o primeiro ou o segundo poste, e a tal casa verde também não consegui enxergar. Meus olhos, ao final da tarde, ficam muito ruins. Fingi que vi.

Despedi-me e disse que iria até lá.

Isolas e margens

Eles ali, na maior miséria, e, a poucos metros, a burguesia em seus condomínios cercados, com laguinhos artificiais e uma ostentação de riqueza: casas maravilhosas, cheias de conforto — televisores, computadores, carros potentes de 200 mil reais, árvores nativas que custam 30 mil. Enquanto isso, eles vivem em um casebre cheio de frestas e com uma carrocinha puxada por um cavalo, em meio ao lixo. Quanta diferença do lado de fora desses muros!

Fiquei revoltado, mais do que já sou. Não é possível viver em meio a tanta desigualdade. Lembrei-me de que alguns documentos históricos faziam referência à bondade do Coronel Pedro Osório⁷. Talvez ele tivesse uma consciência um pouco melhor, mas não passava de um coronel como os do Nordeste. E nem sei se ele realmente era coronel — vou verificar isso depois. E, talvez sua família fosse escravagista.

⁷ A história da cidade de Pelotas inicia em 1758, quando o então governador do Rio de Janeiro Gomes Freire outorga ao Coronel Thomaz Luiz Osório, uma sesmaria que possui como limites o Rio Santa Bárbara, o Rio das Pelotas e o canal São Gonçalo, parte do território atual do município. Por volta de 1780 se dá a instalação das primeiras charqueadas, propriedade rural onde era produzido o charque. Esta atividade eleva a economia de Pelotas até tornar-se uma das maiores economias do estado. Em 1830 a Freguesia se torna Vila, para mais tarde em 1835 tornar-se cidade com o nome de Pelotas, nome originado das embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios na época das charqueadas, e que permanece até hoje. Para que tal fato acontecesse era necessária a construção de uma escola e de uma sede para o governo, que foram bancadas pelos charqueadores por volta de 1832. Desta época também datam as construções do Theatro Sete de Abril, o primeiro teatro a ser construído no Rio Grande do Sul e um dos mais antigos no Brasil; e a Praça da Regeneração, que hoje é chamada de Praça Coronel Pedro Osório, e abriga o teatro.



Pensei nas imagens do Condomínio Lagos de São Gonçalo, uma afronta. Parece que o mundo se torna cada vez mais um filme de ficção científica: os ricos vivem em seus condomínios e redomas, enquanto os pobres são lançados no mundo de fora para se tornarem marginais, que simplesmente quer dizer àqueles que vivem na margem, ou à margem. Não pude deixar de lembrar do livro que acabei de escrever, *A Casa de Robinson Crusó: Sobre Arquitetura e Domesticação* (2023). Embora leve esse nome, o livro reflete sobre a questão da ilha (isola) e dos isolamentos. Nele, discuto os condomínios e os encapsulamentos humanos.

O condomínio é essencialmente uma ilha — mas uma ilha habitada por vários Robinsons, sempre acompanhados de seus espectros canibais, que justificam o amuralhamento. Trata-se de uma ilha de muitas ilhas: um arquipélago dito humano e civilizado, com pouca interação, mas repleto de Robinsons. Em outras palavras, lotado de pessoas e famílias solitárias, que pouco se comunicam entre si, mas que aparentemente se bastam, graças aos recursos econômicos e tecnológicos que possuem.

Alguns meses depois, fevereiro de 2024. Taís.

Do lado de lá do dique para o Loteamento Estrada do Engenho

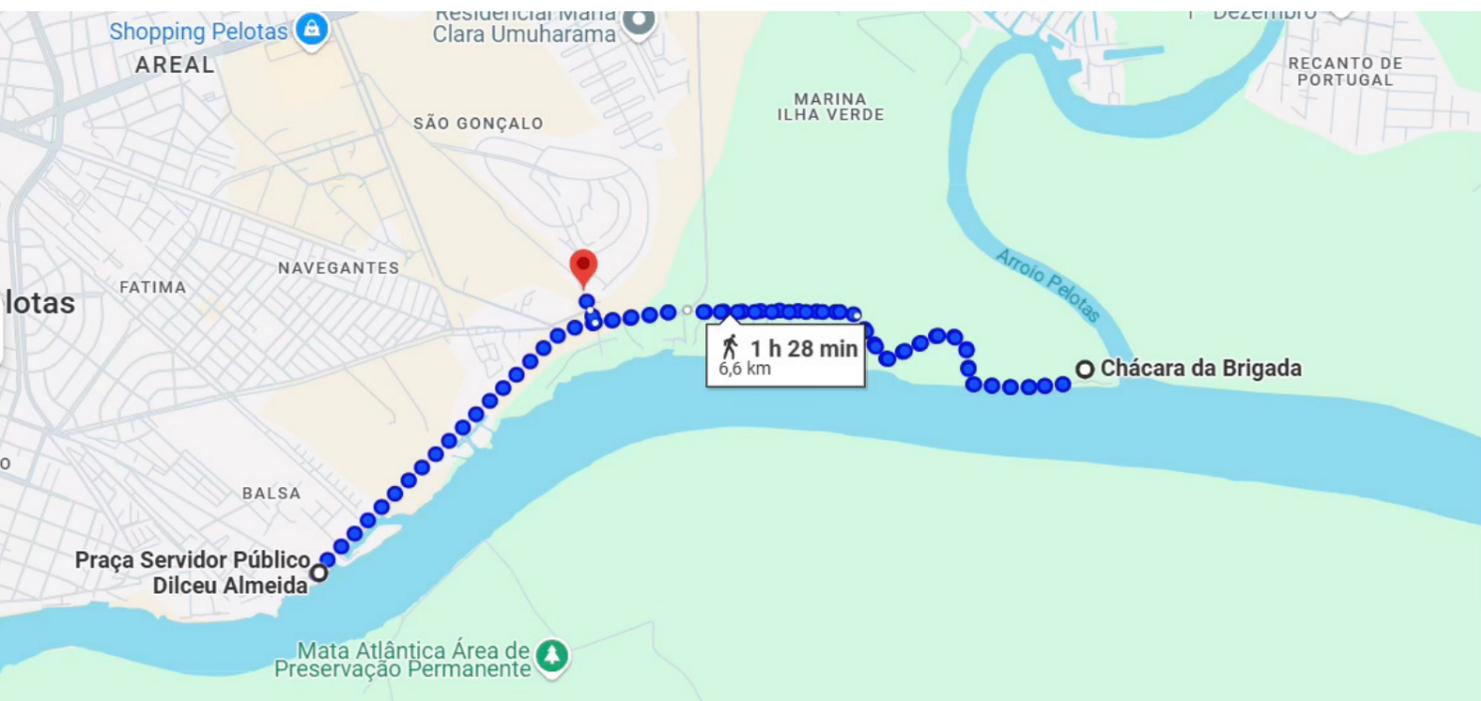
Minha companheira de caminhada Ana sentiu o mesmo
Conversamo-nos com o olhar
Foi dolorido ver os escombros da remoção
Muita coisa ficou para trás
Sonhos, perdas, promessas
O poder deixa marcas
iram o telhado, portas e janelas
Quebram os banheiros
A dignidade do ser humano
Estratégias de higienização
Às vezes perdemos as forças
Mas deixei na cartografia

O barro daquele grande passo
Casarão ainda se acende
Creio que o negrinho do engenho
Anda correndo pelas bandas de lá
(Simone Fernandes Mathias, 2024, p.280).

Alguns meses depois, em fevereiro de 2024, acontece o Curso de Caminhografia urbana. Mais de 30 pessoas caminhavam, caminhavam e viam a remoção. Mais um horror a céu aberto. Um cemitério de querências. Removem as casas, para ver o canal. Para ver o canal de carro. Passear. Para passar a Estrada e o desenvolvimento. Uma vida às moscas. O cheiro não era ruim, mas fedia. Fedia como a aquela gente fétida que escraviza os negros na charqueadas,

O espetáculo da gentrificação: substituir pobres e suas formas de habitar; não apenas redefine o espaço físico, mas sobretudo redefine as formas de vida e de pertencimento, impondo uma domesticação ao outro diferente. Ao invés de “acabar com a pobreza”, as políticas de remoção eliminam o pobre e seus casebres, é insano; ou seja, elimina sua capacidade de existir de forma autêntica e histórica naquele espaço. A remoção das querências, ao lado da imposição de um novo projeto urbano que visa apagar a pobreza, revela um movimento contínuo de deslocamento de valores e memórias.

Nesse processo, o passado é apagado e substituído por uma ideia de progresso que não leva em conta as particularidades dos corpos e das histórias que habitam o território. Progresso esse que só leva ao fim do mundo. A querência, como uma herança viva, permanece um espaço de resistência e reconstrução identitária, mas é desafiada constantemente pelas forças do mercado e pelo urbanismo hegemônico. E quando a margem é o alvo, tudo está errado.



A margem transbordou: as querências e a enchente de 24

É julho de 2024, faz sol e vento, muito vento. É quarta-feira. A água segue alta. Muito alta. Caminho sozinha. Saio da Praça da Balsa, ali, onde antigamente a Balsa Passava, e sigo a Estrada do Engenho para a direção leste, na Chácara da Brigada. O último ponto onde a margem é acessível pela malha urbana antes do Arroio, que por sinal, marca o ponto final das caminhadas que viemos fazendo em pesquisas.

Passo pela cooperativa de pescadores, pelos veleiros e sigo, passando na altura do dique, ou da estrada do Engenho, onde à esquerda vejo as novas casinhas coloridas. Casinhas coloridas que já estão sendo completamente transformadas por quem vive ali. Pelo que sei, as pessoas que vivem ali foram realocadas. Viviam à margem do dique, ao lado direito da estrada do engenho, com perigo de alagamento. Preciso ir ali olhar de perto.

Sigo pela estrada cheia de entulhos, Estrada do Engenho, que foi aterrada durante a cheia de maio para conter as enchentes. Um pouco espiada e atenta, tiro algumas fotos.

Ao chegar no último local, onde a última casa foi removida, antes de outra que parece ser a única casa que restou, um senhor me chama: moça, quer vir tirar foto da água? Entra aqui em casa. Vou te mostrar onde a água chegou. Não precisa ter medo. Obviamente aceito o convite. “Não precisa ter medo”, ele diz.

Entramos por uma ponte de madeira e chegamos a um cômodo com algumas ferramentas. Seguimos até a cozinha, um espaço com piso cerâmico, uma geladeira apoiada sobre tijolos e um fogão a lenha. Seu Paulo me conta que não sabe ler nem escrever, tem 73 anos e mora ali há 40 anos. Ele diz que sua casa nunca havia alagado antes, mas agora sua cozinha alaga um pouco toda vez que o vento para.

“Por isso, faço feijão e levo para o quarto”, comenta, sem que eu pergunte nada. Ele continua falando e me mostra uma bacia de metal com mais de 60 anos, que atualmente serve como seu chuveiro, porque o banheiro está alagado. Ele aponta para o banheiro e repete várias vezes:

“Pode tirar foto, fica à vontade.”

Tiro algumas fotos, ainda que de forma tímida. A casa é pequena, e o celular não captura a perspectiva. As fotos revelam apenas fragmentos.

A arquitetura à margem é essa: uma arquitetura sem espaço, quase *infotografável*. Um tanto empilhada, permeável, mas cheia, lotada, acumulada. Embora esteja à margem, nem sempre contempla um horizonte. É uma arquitetura em que nada é resíduo, porque tudo se transforma em recurso.

É nesse cenário que me recebe Seu Paulo, um sujeito que aciona um acolhimento quase incondicional. E, ao mesmo tempo, me pergunto: talvez eu esteja recebendo Seu Paulo tanto quanto ele me recebe. Será isso? Será que, no fundo, é sobre mim? O que institui essa querência?

O mais frequente é nos referirmos à querência como o lugar onde passamos a infância, mas não necessariamente a querência se atrela a essa matriz; ela pode se relacionar, sim, a qualquer lugar e tempo que marca, incide marcas e cria raízes. Em alguns lugares no interior dos pampas, enterrava-se o umbigo do menino que havia nascido justamente na porta, na porteira dos sítios e das estâncias, para que um dia ele pudesse voltar ou nunca sair dali. Na querência parece estar (ou ser) o lugar da lembrança. As lembranças boas sobre o lugar são reveladoras da existência de uma relação direta da memória com esse lugar; como se os momentos do tempo vivido fecundassem o lugar e ali deixassem sua ruga. E, ao voltar, ao colocar os pés ali, esse mesmo lugar nos devolvesse as lembranças, revivendo a cada passo, em sua gratuidade, todas elas. Querências aqui endereçadas principalmente àqueles destituídos dos quereres e acolhimentos, querências e de ‘ninhos’ e outros doces. Aos destituídos das heranças e aos deserdados. São eles, enfim, que sentem, sabem - em sua radical existência ‘simples’, em sua vida nua - que não possuem querência nenhuma, e, se um dia tiveram... perderam; e que talvez já não haja nenhum lugar a que um dia possam voltar. A lógica da querência, esse sentimento que emerge como uma herança ao permanecer em um lugar por um certo tempo, pode se aproximar daquilo que Jacques Derrida chama de “lógica do dom”, que também se manifesta como “amizade”. O dom, na

perspectiva derridiana, desafia as estruturas do *logos* (razão), do *nomos* (norma) e até mesmo do *oikos* (casa ou lar). Ele é, por essência, *alogos* (fora da razão) e *atopos* (fora de lugar), desprovido de um sítio fixo ou pertencimento estável. Em sua errância, o dom não permanece, mas circula, movendo-se de mão em mão com uma dinâmica própria, como uma herança peculiar que recusa a fixidez. Essa interpretação ressalta a natureza paradoxal e incontornável do dom, que existe como uma força disruptiva e transformadora, sempre em trânsito.

O dom autêntico é uma forma de herança (herança errante), que está em constante movimento, criando e sendo criado pelo ritmo do tempo. Essa reflexão remete, de forma provocativa, ao modo de vida dos moradores de rua, exilados e refugiados. Por onde passam, essas pessoas oferecem aquilo que não têm, consumindo tudo de imediato e deixando para trás o que carregam, muitas vezes na tentativa de esquecer o que foi perdido. Seus contextos de vida não permitem acumular quase nada; são frequentemente obrigados a se desfazer do excedente, seja por necessidade de aliviar o peso em sua caminhada, seja pela perda forçada, provocada por furtos, pela ação da polícia ou por outros moradores de rua. O que lhes resta é inevitavelmente compartilhado, quase como uma lei implícita, que rege a necessidade de que as coisas não permaneçam consigo, reiterando a lógica de um dom que é movimento, transitoriedade e desapareço.

O sentido de lugar como querência também exige uma ausência, um afastamento físico-temporal, uma presença resgatória. Esta é a estrutura mesmo da querência, feita de saudade, muitas vezes de querer voltar a rever e não poder, ou ainda da contradição de não querer voltar e querer lá no fundo. Uma vez retornando, retornado, parece que o sentido do dom se anula. Para Derrida (2003) é o simbólico que abre e constitui a ordem do intercâmbio e da dívida; a lei ou a ordem da circulação é onde se anula o dom, basta que o outro, o que recebe o dom, perceba a intenção e se converta em reconhecimento para anular o dom. A mera identificação do dom parece destruí-lo. Querência é um lugar especial, um sentido especial que se diferencia da ideia de espaço e também de lugar como portador de identidade e memória; distintamente, mas sem negar o conceito de lugar, a querência introduz algo mais, que parece contraditório, pressupõe um certo esquecimento, um abandono, uma impossibilidade para que o sentido de querência possa aparecer.

Tenho um pouco de medo, estou entrando em uma querência alheia. Mas como sou curiosa, vou cedendo ao desafio, entendendo o limites das condições, dos domínios. Será meus olhos azuis que me fazem ser recebida? No meu corpo de mulher, sempre há uma dúvida. Sou atenta. Há uma espécie de alerta que pendula entre a coragem e a cautela, a imprudência e a responsabilidade. Marcela Montalvão Teti, chama isso, no verbolário urbano de intuir: “um tipo de precipitação que só funciona se você confia em algo que não pode explicar, mas sabe que deve fazer. A intuição é um súbito saber. É um acúmulo de experiências” (2024, p. 209).

Seu Paulo me pergunta se sou de igreja, e, ao responder que não, me leva para conhecer seu quarto, que tem o altar de sua mãe e de seu pai, além das imagens de lemanjá e Ogum. Pergunto por que ele é o único morador que ainda está ali e não foi removido desde as enchentes. Ele me diz que foi atrás de uma advogada, que, aliás, também se chama Tais e é da defensoria pública. Ele explicou que, como mora há mais de 40 anos ali, tem luz e água, e a prefeitura não pode removê-lo. Me disse que dali não sai, é pescador. Nasceu na beira da água. Tem 3 barcos. Se sair dali, mesmo com enchente, levam tudo. “A prefeitura não vê a hora de eu sair daqui. Só saio para comprar comida.” Se a prefeitura não leva, os assaltantes levam. Não dá pra se descuidar. “Pobre roubando de pobre, onde já se viu?!”



Pergunto como tá de peixe no canal. Ele diz que tá difícil. “O único peixe que eu conseguia vender era o cação, agora não tem nem isso.” Não tem peixe nem pra comer, nem para vender. Ele me diz que ali está perigoso também, porque tem muita cobra cruzeira. Me fala sobre os barcos e sobre pescaria. Pergunto se o barco dele está funcionando, soando um pouco como convite, um pouco como desafio. Ele me diz que sim. Vamos dar uma volta. Subimos no barco verde: ele, eu e a cachorrinha. Passamos pela vila, agora completamente alagada. Não há mais morador, exceto seu Paulo (é o que ele conta). Enquanto rema, me mostra a geografia do canal, as correntezas, os cuidados, a troca de luas. Faço um monte de perguntas, e ele me responde todas elas. Ele rema entre as casas e entra nas garagens, agora inundadas, contando sobre a vida de cada morador: quem coloca som alto, quem acredita em Deus, quem mata cobra na cozinha, quem é filho de professor. Sempre alerta: “Cuidado para não tomar choque”, “Cuidado com a cobra cruzeira”.

Passamos pela ponte que antes existia, e que fiz uma foto na primeira caminhada que fiz com Otávio por essa margem, no começo de 2024. Não existe mais, foi derrubada. Dali, restou apenas seu Paulo. Quero tirar fotos, mas quero me atentar ao que seu Paulo diz. Não me dei conta de registrar e estar presente. Tiro menos fotos do que gostaria.

Parece que aconteceu. Desencantou. Tudo mudou. Habitar a margem não é mais um encanto. Mas era? As casas que eram banhado, agora são canal. O que é então, habitar a margem?

Faço tantas perguntas para seu Paulo, que queria lembrar das respostas. Gravo que ele acha que a água vai demorar mais muitos meses para baixar, e que em setembro terá outra cheia. Que ele foi morar ali com um grupo de pescadores. Que sua casa é de madeira. Que ele cria galinhas. Que ele já teve 180 redes de pesca. Que sua mulher faleceu há um ano. Que as coisas que se faziam antigamente eram pra durar. Que hoje as coisas são feitas para jogar fora. Que ele não sabe o que vai acontecer. Que estamos em uma crise climática e o culpado é o homem.

Imagem 17 e 18 - Casas Alagadas. Julho de 2024. Tais Beltrame dos Santos, 2024. Seu Paulo me conta suas travessias pelo canal.

“A água a gente tem que respeitar, mas não pode ter medo”. Sempre que a gente sai de barco tem que levar faca. É proibido e perigoso sair de barco sozinho. Disse que se eu voltar lá ele me ensina a remar. Mas não na correnteza. Voltamos para terra, descemos pela pequena ponte de madeira e um senhor nos espera. Ele chegou quando estávamos saindo. É amigo do seu Paulo, aposentado, mora ali na Vila Perret, a vila da rua ao lado, que pelo que falam, parece um lugar longínquo. Nunca foi pescador, mas já teve barco. Me conta que tinha um barco grande, ficava 4 ou 5 dias fora pra pescar lá na saída de Rio Grande. Leva 6 horas de barco até lá. Me diz que hoje, com a inundação, é capaz de levar até 8 horas. Pergunto se tem como parar na margem, e eles pensam.

Dizem que em algum lugar sempre dá pra parar, só que esse lugar sempre muda. Falamos mais coisas, assuntos pequenos, rimos. Nenhum dos três tinha pressa. Mas chega o final do dia, e começa o frio. O sol baixa. Ainda é inverno. Decido continuar a caminhada. Eles me dizem que indo adiante, não vou chegar em lugar nenhum. Digo pra ele, que conheço o caminho, vou ir até o Corredor das Tropas e sair atrás do Shopping. Se mudar de ideia, eu volto. Estou caminhando sem rumo.

A coisa, a querência, não está só num lugar, não é uma só, são várias as querências ao longo da vida; não estão num único tempo da rememoração, elas são portadas pelo tempo, ritmadas, ‘espaciadas’ temporalmente, estanciadas, seu sentimento está na passagem do tempo, como apontou Derrida. A querência é uma herança, mas não é necessário herdá-la para se ter a querência do lugar, da casa. Querência não é qualquer lugar, seu sentido é mais profundo e mais íntimo (estrutural) do que a ideia de lugar, topos, domus, e não se refere somente a uma espacialidade, a um lugar específico, mas sempre a uma coisa construída pelo tempo da vivência; também há querências por pessoas, querências por um tempo. Essa intimidade da querência é a intimidade com a natureza e com as coisas do local em que se vive. A querência, terra, casa, tem um querer próprio para além dos querereres dos humanos, mas a querência da terra mãe não é a mesma querência dos homens. A querência da terra gaúcha é inseparável dos querereres dos humanos, dos animais, plantas; inseparável também dos espectros humanos e não humanos, dos antepassados, inseparável de todos vivos e não mais vivos que ali vivem.

O querer da querência requer tudo que está ali. Nos pampas gaúchos, diz-se que uma pessoa ‘apegada’ a um determinado lugar é uma pessoa “aquenciada”, e esse (a)pego é o ser junto, colado, por inteiro com o lugar. Do mesmo modo, o verbo ‘aquenciar’ expressa o processo de colamento com o justo lugar. Parece que, para os gaúchos do sul do Brasil, do Uruguai e também da Argentina, a felicidade está nesse sentido de pertencimento, não de ter o pertencimento do lugar, mas justamente o contrário: ‘ser pertencido pelo lugar’.

“Eu te vi passar outro dia sozinha aqui, com cara de quem tava procurando alguma coisa. Eu sabia que tu ia voltar”

Nos apresentamos, e ele começou a contar a história do lugar. Disse que, quando construíram o condomínio, os moradores foram pagos para sair dali, recebendo cerca de 7 mil reais por casa. Na época, todos os outros moradores foram embora, mas ele apenas mudou de lado no Corredor das Tropas. Antes, morava onde hoje está o muro do condomínio. Desmontou sua casa de um lado e a remontou no outro. Com o dinheiro recebido, fez alguns investimentos.

Ele contou também que foi trabalhador do engenho de arroz e que, quando o engenho fechou, permaneceu ali. Tanto os moradores do Passo dos Negros quanto os da Estrada do Engenho eram trabalhadores do engenho. Após o fechamento, nos anos 1980, as terras – incluindo as ilhas e o banhado – pertencentes ao engenho foram ocupadas pelos ex-trabalhadores, que ficaram sem casa e sem trabalho.

Seu Pedro vive ali há 58 anos. Disse que, inicialmente, não havia água nem luz, mas hoje sua casa tem banheiro completo e uma caixa d’água, o que lhe proporciona maior segurança. Ele afirmou ser um dos poucos moradores a possuir uma caixa d’água.

Apesar de todas as dificuldades, ele não reclama. Diz gostar de viver ali, cercado por seus filhos e netos. Agradece por ter seu lugar, vivendo na paisagem como se ela fosse parte dele. E, de fato, é. Pois, a ideia de querência implica uma ideia de familiaridade. A querência manifesta-se inicialmente como um sentimento relacionado ao lugar, mas não necessariamente no lugar, mas sobretudo das pessoas e familiares que residiam no lugar. O sentimento de Querência é um sentimento simultâneo de apego ao lugar e as pessoas que ali viviam e vivem, Todo ser é indissociável do lugar. É uma espécie de saudade: saudade do rincão onde se viveu a infância ou de qualquer outro espaço experimentado ao longo da vida. É similar ao “banzo” dos africanos, que evoca uma querência irretornável. Como escreveu Rufino Becker em uma troca de correspondências, a querência é ação e estado: “a ação/atividade do querer; querência é resultado do querer, um estado do querer – querer a um lugar. Não um querer qualquer, mas um querer bem. Querência que vem sem a gente querer.”

A querência é evocada, sobretudo, por aqueles que estão afastados, no espaço ou no tempo. Fala-se de querência quando se sente saudade do rincão, do torrão, daquele espaço que, na impossibilidade do retorno, resigna-se à espera. Essa querência, descrita como um “dom derridiano”, é uma *propriedade sem propriedade*. É evocada por aqueles que deixaram o lugar para trás, muitas vezes sem a possibilidade de retorno, ainda que habitem ele. Habitam o agora na querência de um querer de outro tempo, que é também agora, mas não apenas.

No discurso da arquitetura, escrever sobre querência não é apenas discutir um espaço específico. É falar de vivência – não de edifícios analisados retoricamente ou de visitas a prédios –, mas de algo profundamente enraizado, pessoal, a partir do qual emergem os verdadeiros ensinamentos.

Porém, poeticamente encantadora, a ideia da querência no imaginário gaúcho carrega também uma relação arcaica entre amorosidade, felicidade e posse da terra. Essa narrativa está ligada ao *domínio* de quem detém a terra, das coisas e dos seres sobre ela, perpetuando “mal querereres” e exclusões para com os errantes e os sem-terra. O passado de dor, sofrimento e exploração – seja dos escravizados ou dos animais – está inevitavelmente ligado a essa construção cultural que caminhos sobre ela, terra dos mortos.

Por outro lado, na cultura gaúcha, o indivíduo infeliz é aquele que não encontrou o seu lugar no mundo: o “desaquenciado”. Este, desprovido de parada ou pouso fixo, vive inquieto, em busca constante de um outro lugar. Seu estado é de carência (*care*), de ausência, de uma falta que inclui a ausência de propriedade. A narrativa tradicional associa autenticidade e felicidade humanas à posse da terra. Assim, o desaquenciado é aquele que nunca teve herança ou um pedaço de chão – seja rincão, torrão, morada ou casa –, seja no campo ou na cidade. E os torrões se desmancharam com a água e a remoção das casas.

Seguimos o caminho do corredor das tropas, agora corredor da desolação, até passar por uma mulher sentada em frente a uma casa, em uma cadeira de praia, catando piolho na cabeça de uma criança. Não me lembro do seu nome. Perguntamos se podemos fazer uma entrevista, e ela diz que não vive ali, e que é melhor falarmos com o pai dela. Ela entra na casa para procurá-lo, mas ele não está. Puxamos assunto da mesma forma. Ela responde, dizendo que seu pai mora ali há 3 anos e que ela vai pouco ali. Vive no Meneghetti -indicação à principal rua do Bairro Fátima, que fica nas proximidades; na casa que era do avô, com os dois filhos. Seu pai e sua irmã moram ali. Seu pai trocou o terreno por duas máquinas de cortar grama e, depois, comprou o terreno da irmã dela por 500 reais. Disse que ali, de vez em quando, falta água, e o maior problema é quando chove, pois tudo alaga. De resto, é tranquilo. Às vezes, falta luz também. Aí tem que esquentar água para tomar banho de bacia. Perguntamos se ela sabe se todas as casas do corredor têm banheiro. Ela diz que não sabe, mas que a casa das meninas, Amanda e Sara, não deve ter. A do pai dela tem.

Nos leva na parte de trás do terreno para nos mostrar o alagamento. O terreno é um banhado. Por isso está alagado. A casa do pai dela não possui quase nenhum desnível do chão. Mas é extremamente caprichada. Seu pai trabalha de bico. Eles não tem nem nunca tiveram barco, ou qualquer relação com a água. Mas vivem ali, onde puderam comprar a terra. Embora a terra não seja deles. São desaquerenciados, buscando uma nova querência, enquanto adiam a possibilidade de perderem tudo outra vez.

Seguimos o caminho. Paramos em frente a uma casa de 2 x 3 no máximo. Há uma criança e alguém que aparece adolescente em frente a casa. Perguntamos se podemos conversar e um homem levanta do sofá que fica em frente a porta e começa a nos olhar curioso, tomando a frente da conversa. Disse que ali tudo alaga e é ruim. Os comentários sobre os alagamentos parecem estar em alta. Nos conta também que ali às vezes falta água, aí tem que buscar água lá na figueira (apontam). A água dali dá dor de barriga nas crianças e vem toda suja de barro. Na medida que conversamos, entendo que Paulo, o homem que saiu do sofá, não mora ali, mora quase ao final do corredor, algumas casas mais pra lá. Paulo é um homem negro, muito magro. Está sujo, muito sujo.

Não cheira bem, tem as roupas rasgadas e as pontas dos dedos muito pretas. Diz que é amigo da Amanda. Nos conta que morou 5 anos na rua, mas que isso não é vida. Pergunto se eles trabalham, e eles dizem que não. Amanda diz que cuida das 6 crianças, 2 filhos dela e os outros de sua irmã. Amanda não é criança, tem 23 anos. Mas saiu de casa com 15. Ela não fala muito, Paulo toma a frente. Mas Amanda é atenta, e na sua expressão é visível suas concordâncias e discordâncias com Paulo. Faz frio, mas Amanda usa menos roupas do que deveria para um dia frio. Seus dentes da frente são cariados. Seus pés calçam chinelos de dedo.

Pergunto porque eles não fazem melhorias na casa, a partir de alguns apontamentos bem simples que melhorariam a qualidade de vida deles, a partir das necessidades que eles mesmo apontam e de recursos ali disponíveis. Me dizem que não vale a pena, porque podem ser removidos dali a qualquer momento. Parece que a impossibilidade de saber o dia de amanhã os impede de viver o hoje.

Amanda enche os olhos de lágrima quando diz que tudo o que mais queria era uma casinha como as coloridas, que não chovesse dentro nem entrasse água. Uma casa para chamar de sua. Para ela, sua irmã e as crianças.

Ela diz que moraria em qualquer lugar da cidade que tivesse uma casa boa para ela e para as crianças. Não importa o bairro.

Paulo não concorda. Diz que não moraria em outro lugar com tudo diferente. Sem saber onde ficam as coisas. Sem ter conhecidos. Conta que não pode morar no centro e nem em alguns bairros (não conta o porque).

Pergunto se ele faz reciclagem, digo que já vi ele por aí. Ele diz que às vezes até faz, mas tem pagado muito mal ultimamente. Não vale a pena.

Dizem que mal saem de casa, ficam ali. São os seres mais lentos que encontrei. Vivem na precariedade. Não praticam quase nenhuma técnica ou tática. Esperam que algo lhe aconteça. Vivem apenas pelo dia de hoje, na incerteza de amanhã, que altera o que acontece no dia de hoje. Não vislumbram muitos planos futuros. Estão sempre à mercê. Tem relação com o território imediato, mas não amor. Não habitam a margem, mas estão ali. Não sabem sobre o ciclo da água, nem sobre o sentido dos ventos. Aprenderam sozinhos o que foi possível. São seres violentados pela velocidade. Conformes, mas não conformados. Tem plena noção que habitam um “outro mundo”, completamente diferente do mundo do outro lado do muro. Já até trabalharam em alguma casa ou obra dentro do condomínio. Odeiam o condomínio. “Quando chove, toda água que sai dos laginhos de lá vem aqui pra nós, deu toda aquela confusão nas enchentes com a bomba, mas isso acontece sempre”.

Isso acontece porque o condomínio das ilhas “do lado de lá” foi aterrado, embora mantenha em seu desenho algumas “ilhotas” de água ou pequenos lagos, preservados sob a justificativa paisagística. No entanto, essas ilhotas denunciam que o território aterrado é, na verdade, um banhado. Naturalmente, quando o solo fica encharcado, os lagos do condomínio não conseguem comportar todo o excesso de água. Para resolver isso, algumas bombas despejam o excedente da água para o lado de fora do muro: no Corredor das Tropas, que, por sua vez, já costuma estar alagado e saturado, incapaz de suportar ainda mais água.

Problemas como esse têm sido recorrentes em Pelotas e explicam, para além da crise climática, por que áreas que historicamente não registraram alagamentos agora enfrentam enchentes frequentes. Cada vez que um banhado é aterrado – como vem acontecendo nos últimos anos⁸, não apenas devido ao condomínio, mas também pela pressão do mercado imobiliário sobre o território do Passo dos Negros e outras zonas de águas lânticas que caracterizam as margens do canal no Pampa –, elimina-se a capacidade de drenagem natural da água no local. Esse impacto atinge todo o macroterritório. A água, inevitavelmente, precisa encontrar um caminho. E encontra.

Além disso, em maio de 2024, durante o caos das enchentes no Rio Grande do Sul, foi registrada uma denúncia envolvendo a instalação de bombas de drenagem no condomínio. Segundo o jornalista Pedro Duran, em reportagem para a CNN (2024): O duto estava ligado a uma bomba, instalada dentro de um conjunto habitacional privado que fica no bairro de São Gonçalo, o Condomínio Lagos de São Gonçalo. A propriedade é considerada pela administradora como “primeiro condomínio fechado com terrenos de alto padrão em Pelotas” que tem “uma estrutura completa, cercada por natureza e espelhos d’água em um espaço harmônico” e conta com salão de jogos, de festa, quadra poliesportiva e três lagos.

O duto foi considerado pelas autoridades como uma estrutura clandestina, irregular.

⁸ Conflitos e denúncias relatados em *Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste*, Nino Kruger, Caroline Kruger e Cristiane Ribeiro (2021).

De acordo com a denúncia, caso o condomínio acumulasse muita água, esta seria bombeada para fora dos muros – como já relatado por Paulo –, evitando que as grandes casas dos “Robinsonianos” fossem alagada, que sua ilha paradisíaca fosse alagada. Contudo, essa medida comprometeria gravemente as casas do Corredor das Tropas e de outras áreas no Passo dos Negros. Segundo representantes do condomínio, “se fosse necessário drenar a água, o território ao lado, por estar em um nível topográfico muito mais baixo, já estaria alagado”.

No final da caminhada, Paulo me diz “eu te vi passar outro dia sozinha aqui, com cara de quem tava procurando alguma coisa. Eu sabia que tu ia voltar”. Disse que eu saí ali pra não ter que fazer uma baita volta. Ele “bota fé”. Nos despedimos. “É bom que vocês venham ver como a gente vive”, diz Paulo. Já cansei de ir lá na prefeitura, ninguém quer nos ver”. “Estamos aqui livres, mas somos os mais murados”.

Para além do terror criado pela mídia, que introjeta o medo nas narrativas de horror, percebo que, para a maioria das pessoas que conheço – brancos, acadêmicos –, o difícil de habitar a rua nos bairros mais marginalizados é o desconforto de entrar na casa de um desconhecido. A rua é parte da casa. O espaço público é como uma extensão da sala de estar. Você está à mercê do outro.

Quando você passa, é identificado como alguém de fora. Alguém que não pertence ao lugar, ao querer, às herancias. As pessoas se conhecem, caminham, andam de bicicleta e até de carro. Mas o carro anda na velocidade da bicicleta; não pode correr, pois a rua é esburacada. Mesmo no carro, você é visto.

Assim, pessoas, animais e automóveis preservam a rua mista e o espaço privado-público. A violência da velocidade só se faz presente pela sua falta. De modo geral, faltam infraestruturas. A tecnologia do atraso é a tecnologia do reaproveitar e reutilizar. Nas margens, tudo é recurso para a inventividade; tudo o que está disponível no território pode ser utilizado para uma urgência. E tudo pode esperar. Tudo está à espera. Mesmo que seja a espera de uma herança.

As casinhas coloridas: o novo Loteamento estrada do Engenho

Levy me pergunta: “Onde está aquela casinha rosa que ficava aqui?” Eu respondo que não existe mais; todas foram removidas. Olhando para as pedras que ficaram no lugar, sinto vontade de chegar até a beira, mas não vou. Seu Paulo me alertou várias vezes sobre a presença de cobras cruzeiras naquela área. A Estrada do Engenho, que foi asfaltada, foi posteriormente coberta pelas enchentes de maio. O asfalto foi soterrado por caminhões e caminhões de pedras e areia, que tinham o objetivo de proteger a cidade, mas, sobretudo, os condomínios e o parque da classe alta que ocupam os banhados, logo ali, depois da Estrada. Onde também habitam diversas outras pessoas, tidas pelo poder público como invasoras da Área de Proteção Ambiental. Na notícia de lançamento do empreendimento na página da secretaria de habitação do governo do RS, o intuito das remoções fica claro:

O governador anunciou, ainda, que em breve será assinado um convênio para repassar R\$17 milhões à prefeitura de Pelotas para a construção de um parque municipal no local onde antes ficavam as famílias. O espaço é uma área de preservação ambiental e imprópria para moradia. O valor também contemplará a conclusão da pavimentação da Estrada do Engenho (SULZBACH; MONDIN, 2024).

Parece engraçada a ideia de preservar uma área de interesse Ambiental e ao mesmo tempo asfaltá-la. Quem eles acham que enganam?



Imagem 19 - Destroços das casas removidas na Estrada do Engenho. Julho de 2024. Taís Beltrame dos Santos, 2024.

Descemos da estrada do Engenho e caminhamos em direção ao novo loteamento, onde foram construídas 57 casas. Passamos pelas diversas casinhas coloridas que estão ali. São iguais a projetos de outros lugares, do tipo “carimbo do governo”, mas coloridas. A cor faz tudo parecer mais alegre. Pelo que procuro, elas são parte de uma política do estado para famílias do CadÚnico e devem 40m², dois quartos, sala cozinha e banheiro. Pelo que sei, deveria considerar os hábitos da população beneficiada, talvez por isso, notam-se os chaminés. É recorrente, ouvir dos moradores que vivem ali, que as casas foram feitas com material de baixa qualidade, que o esgoto entra pelos ralos do banheiro

Em algumas casinhas já há muros, ou alpendres. Em geral, existe uma espessura entre o espaço público e o privado, que não é a mesma que acontecia antes das remoções. Se nos outros lugares, e até mesmo nas casas antigas do lá de lá do Dique as casas não eram bem limitadas, no espaço ordenado das casas coloridas, parece ser.

Imagem 20 - Loteamento Estrada do Engenho “As casas coloridas”. Julho de 2024. Taís Beltrame dos Santos, 2024. Imagem 21 - Loteamento estrada do Engenho. Imagem das 57 unidades habitacionais. Fonte: SULZBACH; MONDIN, 2024.

Alguns criam animais (porcos, cabras, cavalos), mas são poucos. Mas o tempo parece ser o mesmo. Espera. Novas reestruturas, algumas readaptações. Da necessidade de criar uma querência de criar animais, para ter o que comer, o espaço público vai se convertendo novamente em outra coisa. Que é menos privada, e mais pertencente. Arrisco dizer que em breve estas casas estarão todas transformadas, mais próximas daquelas que habitavam a margem à margem, menos parecidas com as casinhas desenvolvidas de concreto barato. Vão sendo feitos puxadinhos, chalés. A família vai crescendo. Talvez, daí, façam novas remoções, para então, construir novos condomínios de luxo. Quem sabe? Talvez alguns passem adiante essas casas, ‘vendam’, mesmo que não possam vender, e passem a ocupar outros banhados.



Imagem 20 - Loteamento Estrada do Engenho "As casas coloridas". Julho de 2024. Taís Beltrame dos Santos, 2024. Imagem 21 - Loteamento estrada do Engenho. Imagem das 57 unidades habitacionais. Fonte: SULZBACH; MONDIN, 2024.

Alguns meninos que passam por nós, na saída do loteamento, são alunos do Levy, na EMEF Ferreira Viana. Dizem que gostam de morar ali. "O problema é que as coisas não funcionam tão bem como deveriam". Algumas famílias foram removidas da beira do arroio, e foram parar lá no Getúlio Vargas. Nunca é tão bom quanto contam.

Na beira do canal, em área de preservação ambiental, o que vemos é mais do mesmo. Entregam desenvolvimento e não envolvimento. O cheiro ali é forte. Há diversas moscas e animais. Nos corpos de água que se notam, desemboca esgoto a céu aberto. Na água doce. A escravidão continua escravizando a céu aberto. No corpo preto dentro das casinhas coloridas

É certo que essas questões conceituais e poética da querência apontam a dimensão ética e política, de uma política contra o dom como propriedade, contra os 'Dons' de tudo e da cidade, contra a domesticação da vida, contra a doma da terra, contra até mesmo o sentido comum da querência encontrado na cultura gauchesca. Queremos querências sem querências de propriedade, querências aquerenciadas pelos fazendeiros. Queremos o sem querer querendo, heranças sem heranças, lugar sem lugar que dá lugar ao lugar, sobretudo querências de acolhimento para todos 'desaquerenciados', querências para os miseráveis, querências para os sem teto, e sem trabalho, Querência de pensamento, compartilhamento de pousadas temporárias, pousares. O 'pousare' mesmo, talvez mais um dos sentidos antigos latinos contidos na etimologia da palavra querência. Querência/estância têm também seu segredo em *pausare*, *pousare*, fazer uma parada, descanso; na querência sempre se faz tempo. Entretanto, é necessário reafirmar essa *querência*, essa *herencia*, compreendendo-a como algo que deve ser constantemente reativado e mantido vivo, mas de forma dinâmica, transformando-a e desviando-a. A vida, ou o "ser em vida", pode ser definida por essa tensão interna da *herencia*, ou herança, em relação às coisas já dadas no mundo. Essa reafirmação, no entanto, exige sempre uma decisão. Talvez possamos pensar a vida através da *querência*, assim como Derrida propõe com a ideia de herança, em vez de inverter essa lógica. Derrida, ao refletir sobre suas próprias heranças de pensamento, sugeriu um movimento de aceitação e transformação: um "sim" à herança, a esse enraizamento sem raiz fixa, seguido pela necessidade de transformá-la, sem deixá-la intacta ou protegida. Ele enfatizava a importância de não apenas respeitar a

herança, mas também reafirmá-la e referenciá-la continuamente. Essa postura ativa frente à *herencia* nos convida a repensar a relação entre o passado e o presente, reconhecendo o caráter inacabado e em constante movimento das tradições e vínculos que moldam a existência.

Resistências e reticências

Caminhografar a margem tem sido um deleite, mas também uma inquietação. Ao caminhar entre o canal e a cidade formal, identifica-se uma série de violências, sistematizadas e orquestradas pelas diversas instituições que deveriam assegurar a sustentabilidade dos espaços de proteção ambiental e também dos modos de vida que sobrevivem nesse espaço, que está em constante disputa e mercantilização. É notória a pressão do desenvolvimento, que vem desde as ilhotas cheias de idiotas, prédios em altura, heranças das mesmas famílias que colonizaram a margem, escravizaram e agora lucram ainda com a violência contra aqueles que herdaram a resistência, porque não lhe são dadas outras opções.

A cidade, que nunca quis habitar a margem como querência, agora olha para ela como produto. Nesse cenário, a pobreza, e todos aqueles que restaram de um modelo falido nos anos 1980, são indesejados. A marginalização vai mudando, assim como a margem. Os marginalizados são obrigados a seguir o fluxo do poder – central. E para isso, são obrigados a deixar de seguir o fluxo natural das águas e seus ciclos.

Alguns que se encontram ali, não são de água. Poderiam, talvez, habitar outros lugares, onde o conhecimento sobre os ciclos não fosse impreterível. Mas aqueles que vivem da margem, e desses ciclos, esses precisam ficar. É preciso que sejam desenvolvidos, juntos aos conhecimentos dos antepassados locais, de outras querências, novas tecnologias, para que as casas se adaptem às novas invenções, e também às invasões, daqueles que continuamente querem apropriar-se do centro e também da margem.

Resistir e viver
Resistir ao lado de quem cuida as nossas encruzilhadas
Resistir ao toque do sopapo Resistimos ...
Laroyê Mojubá
(Simone Fernandes Mathias, 2024, p.281)

Referências

BISPO, Nego. A terra dá, a terra quer. 2. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CARLE, Cláudio Baptista. *O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros*. Tessituras, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 205-215, jan./jun. 2017.

COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul. Vol. I. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Barcellos, Bertaso & Cia. 1922.

DERRIDA, Jacques. *Given Time: I. Counterfeit Money*. Translated by Peggy Kamuf. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

DERRIDA, Jacques. Dar (el) tiempo. El tiempo del rey. Em http://jacquesderrida.com.ar/textos/tiempo_del_rey.htm

DERRIDA, Jacques. *Escoger su herencia. Diálogo com Élisabeth Roudinesco em: Y mañana qué...* Buenos Aires, julio de 2003, F.C.E, p.9-28. Edición digital de *Derrida em castellano*. Em: <http://jacquesderrida.comtextosherencia.htm>

DURAN, Pedro. *Polícia retira duto clandestino usado para escoar água de condomínio em Pelotas (RS)*. *CNN Brasil*, São Paulo, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/nacional/policia-retira-duto-clandestino-usado-para-escoar-agua-de-condominio-em-pelotas-rs/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FUÃO, Fernando. *A casa de Robinson Crusoe: sobre arquitetura e domesticação*. 1. ed. Porto Alegre: Fernando Freitas Fuão, 2023.

LANGONE, Ana. *Narrativa transmídia em expansão no Passo dos Negros*. Pelotas: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.analangone.art>. Acesso em: 2 dez. 2024.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.133-152.

KRUGER, N. R. M.; KRÜGER, C.; RIBEIRO, C. J. Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste. *Cadernos Metrópole*, [S. l.], v. 23, n. 50, p. 281–306, 2020. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2021-5011>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MATHIAS, Simone Fernandes. *Resistir*. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos. *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Editora Caseira, 2024, p.277-281.

MATHIAS, Simone Fernandes; ALFONSO, Louise Prado. *Engenho Pedro Osório: narrativas entre o passado e presente*. In: ANAIS DO XXI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO – ENPOS, 2019, Pelotas. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/CH_04000.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

MAGALHÃES, Mario. *Pelotas, toda a prosa vol.1*. Pelotas: Armazém Literário. 2000.

GUTIERREZ, Ester J. B. . *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. 1. ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2004. v. 200. 549p

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SILVEIRA, Melina Monks da; JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick. *Arquitetura e paisagem: análise das transformações, dinâmicas e permanências na paisagem do Passo dos Negros a partir do Engenho Pedro Osório em Pelotas/RS*. ENPOS, 2020.

SULZBACH, Nathalie; MONDIN, Thamiris. *Em Pelotas, Estado entrega as primeiras 35 unidades habitacionais do programa A Casa É Sua*. *Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, 2024. Disponível em: <https://www.habitacao.rs.gov.br/em-pelotas-estado-entrega-as-primeiras-35-unidades-habitacionais-do-programa-a-casa-e-sua>. Acesso em: 10 dez. 2024.